

æ  
 *Boletim da*  
**ABRALIN**

Boletim da Associação Brasileira de Linguística  
Dezembro de 1999 • ISSN 0120-7158

24



***Associação Brasileira de Lingüística***

**ABRALIN**  
***Boletim da Associação Brasileira de***  
***Lingüística***

ISSN 0102-7158

**Componentes da Diretoria e do Conselho  
Gestão 1999/2001**

**DIRETÓRIA**

**Presidente**

Maria Elias Soares (UFC)

**Secretária**

Maria do Socorro S. de Aragão (UFC)

**Tesoureira**

Bernardete Biasi Rodrigues(UFC)

**Suplente**

Viádia Maria Cabral Borges (UFC)

**Conselheiros**

José Luiz Fiorin (USP)

Leonor Scliar-Cabral (UFSC)

Lúcia Maria Pinheiro Lobato (UNB)

Maria Cecília Mollica (UFRJ)

Maria Denilda Moura (UFAL)

Rosemeire Selma Monteiro(UFC)

**Publicado em fevereiro de 2001**

ABRALIN: Boletim da Associação Brasileira de Lingüística / Associação Brasileira de Lingüística .- v. 1, (1979)- .- Fortaleza: Imprensa Universitária/UFC.  
v. ; 24 cm

Anual

ISSN 0102-7158

1. Lingüística – Periódicos I. Associação Brasileira de Lingüística

**(Catalogação na fonte por Daurecy Camilo (Beto) CRB - 14/416**

Editoração Eletrônica: Carlos Alberto Alexandre Dantas

Endreço para correspondência / *Mailing address*

**Associação Brasileira de Lingüística**

Centro de Humanidades – Universidade Federal do Ceará

Av. da Universidade, 2683, CEP 60020-180 – Fortaleza - CE

Fone/Fax: (085) 223.1642 e (085) 281.3186

e-mail: abralin@npd.ufc.br

<http://sw.npd.ufc.br/abralin>

## APRESENTAÇÃO

O Boletim 24 da Associação Brasileira de Linguística traz aos leitores parte dos trabalhos apresentados na Programação da ABRALIN na 51ª Reunião Anual da SBPC, ocorrida em Porto Alegre, em Julho de 1999.

Tais trabalhos afinam-se com o tema definido para a 51ª Reunião Anual da SBPC, que naquela oportunidade foi *Mercosul: a quebra de fronteiras?*, e destacam a importância e oportunidade dos estudos linguísticos no Brasil e nos países membros do MERCOSUL. São apresentados, neste número, os textos referentes a duas conferências e três trabalhos componentes de um simpósio, coordenado por Odete Menon. Os temas desenvolvidos e aqui publicados são os seguintes: *Desafios e perspectivas da pesquisa em letras e linguística na construção do MERCOSUL*, de José Luís Fiorin, da Universidade de São Paulo; *Terminologia técnico-científica: seu papel no MERCOSUL*, de Maria da Graça Kieger, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; *Acordos comerciais são benéficos para as línguas?* de Odete Pereira da Silva Menon, da Universidade Federal do Paraná; *Políticas linguísticas em el Uruguay: estándares vs. Dialectos em la región fronteriza Uruguayo-Brasileña*, de Graciela Barrios, da Universidad de la República - Montevideo; *La Argentina y las políticas linguísticas de fin de siglo*, de Lia Varela, da Universidade de Buenos Aires.

Algumas razões nos impediram de lançar este número do Boletim na última Reunião Anual da SBPC, em Julho de 2000, em Brasília, como pretendíamos: problemas técnicos, financeiros e, particularmente, a demora na entrega dos trabalhos. Embora com algum atraso, porém, a Diretoria da ABRALIN garante a regularidade de seu periódico oficial e mantém o compromisso de disponibilizar os trabalhos apresentados em seus eventos, por seus associados e convidados. Desse modo, é com prazer que apresentamos à comunidade das áreas de Letras e Linguística, o Boletim 24 da ABRALIN.

MARIA ELIAS SOARES  
MARIA DO SOCORRO S. DE ARAGÃO  
Organizadoras



## SUMÁRIO

### CONFERÊNCIA

#### DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA PESQUISA EM LETRAS E LINGÜÍSTICA NA CONSTRUÇÃO DO MERCOSUL

*José Luiz Fiorin* ..... 9

#### TERMINOLOGIA TÉCNICO-CIENTÍFICA: SEU PAPEL NO MERCOSUL

*Maria da Graça Krieger* ..... 31

### SIMPÓSIO

#### ACORDOS COMERCIAIS SÃO BENÉFICOS PARA AS LÍNGUAS?

*Odete Pereira da Silva Menon* ..... 55

#### POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS EN EL URUGUAY: ESTÁNDARES VS. DIALECTOS EN LA REGIÓN FRONTERIZA URUGUAYO-BRASILEÑA

*Graciela Barrios* ..... 65

#### LA ARGENTINA Y LAS POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS DE FIN DE SIGLO

*Lia Varela* ..... 83



## **CONFERÊNCIA**

### **DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA PESQUISA EM LETRAS E LINGÜÍSTICA NA CONSTRUÇÃO DO MERCOSUL**

*José Luiz Fiorin*  
Universidade de São Paulo (USP)

### **TERMINOLOGIA TÉCNICO-CIENTÍFICA: SEU PAPEL NO MERCOSUL**

*Maria da Graça Krieger*  
Instituto de Letras – UFRGS







## DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA PESQUISA EM LETRAS E LINGÜÍSTICA NA CONSTRUÇÃO DO MERCOSUL

*José Luiz Fiorin*

Universidade de São Paulo (USP)

Falar sobre os desafios e perspectivas da pesquisa em Letras e Lingüística na construção do Mercosul não pode ser simplesmente fazer um elenco de tarefas que cabem a nossa área, mas implica, antes de mais nada, refletir sobre o papel da Universidade em geral e das Letras e da Lingüística em particular na sociedade contemporânea e o estado da arte da área, com suas crises, seus impasses, a mudança de seus paradigmas teóricos, para, depois, pensar sobre nosso papel na construção deste espaço denominado Mercosul. É o que tentarei fazer.

Começemos por lembrar-nos de uma cena do filme de Spielberg, *A lista de Schindler*. Um judeu podia salvar-se da morte no campo de concentração, se fosse considerado um trabalhador essencial ao esforço de guerra nazista, ou seja, se fosse incluído na lista de Schindler. Uma personagem aproxima-se da mesa de inscrição e diz com orgulho: “Sou um trabalhador essencial”. O soldado nazista pergunta-lhe: “Qual é sua profissão?”. Ela responde: “Professor de literatura e história”. O soldado começa a rir, indicando-lhe o lugar dos excluídos, dos inessenciais. Perplexa, a personagem indaga: “Mas o que pode ser mais essencial do que a história e a literatura?” Comentando esse episódio, diz Marilena Chauí:

Esta cena parece-me antológica por vários motivos. Em primeiro lugar, evidentemente, por sua dimensão patética: o professor de história e de literatura não percebeu o que se passa à sua volta. Em segundo lugar, por seu caráter simbólico: o professor não compreendeu que um mundo no qual história e literatura são essenciais é um mundo terminado com o advento da barbárie nazista. Em ter-

ceiro lugar, por sua natureza quase oracular: terminavam ali o ideal e a ilusão de uma razão não instrumental (1996, 161).

O mundo nazista é um mundo da ação pela ação, base ideológica de todos os fascismos. Nele não tem nenhuma importância o sentido da ação. Atualmente, as letras maiúsculas que ornavam palavras como História, Humanidades, Direitos Humanos, Justiça, Igualdade, Liberdade, Solidariedade, Internacionalismo, Proletariado parece terem desaparecido. Só os sem terra e outros desterrados e esquecidos parece lembrarem-nos dessas maiúsculas.

A Universidade surgiu com uma vocação universalista. É o que diz a etimologia da palavra. Durante séculos, ela foi uma instituição de um mundo caracterizado pela totalidade da experiência cultural. No entanto, hoje ela está no interior de um mundo marcado pela fragmentação dessa experiência. O alto grau de especialização, o volume do conhecimento produzido em cada uma dessas especializações e a diversificação do conhecimento tornaram os diferentes domínios científicos separados, de forma que, em geral, não se tem uma visão global do domínio cultural. Até no âmbito de uma mesma disciplina, não se tem mais uma visão global do desenvolvimento das várias subáreas e dos diferentes objetos teóricos. Se não se consegue uma visão global dentro de uma mesma disciplina, como se pode pretender uma visão crítica da epistemé comum aos vários campos (Silva, 1996, 105-110)?

Por outro lado, estamos assistindo a um processo chamado globalização do mundo. Determinado pelas novas formas de produção, corresponde ele a um processo que se caracteriza por uma integração econômica, política e cultural de países, por uma certa “queda” de fronteiras. Isso quer dizer que não só a circulação de mercadorias e de capitais não obedece à lógica das fronteiras nacionais, mas também que começam a aparecer bens culturais que não estão circunscritos à lógica das identidades nacionais, mas recortam os grupos nacionais transversalmente, fazendo que determinados setores da população consumam os mesmos produtos

culturais, tenham os mesmos gostos, os mesmos valores, em Nova Iorque, Paris, Rio de Janeiro ou São Paulo. José Saramago, em conferência na Universidade de São Paulo, disse, numa síntese lapidar, como os grandes escritores sabem fazer, que a União Européia estava criando uma nova Iugoslávia na Europa. Com efeito, a frase de Saramago indica algo paradoxal ou aparentemente paradoxal. A esse movimento de globalização econômica, política e cultural corresponde um movimento, de igual força, que vai em sentido inverso, o surgimento das reivindicações da aceitação de particularismos culturais, étnicos, etc., o que implica o aparecimento dos novos nacionalismos, dos separatismos, da xenofobia, do fundamentalismo, mas também o reconhecimento da singularidade das minorias. Ao mesmo tempo em que se vão esmaecendo as referências nacionais, adquire extrema importância a questão das identidades regionais e locais, de que o ressurgir dos dialetos constitui um exemplo marcante. A fragmentação da cultura contemporânea consiste em “separar elementos e depois juntá-los em regime de exterioridade recíproca” (Silva, 1996, 109), o que significa que não há articulação dos diferentes campos, das diversas identidades, etc. Ora, isso significa a destruição da diversidade. Pensemos um pouco mais essa questão.

O latim possuía dois termos para significar “todo”: *omnis* e *totus*. A oposição entre os dois se faz pelos traços /integralidade/ e /universalidade/. Com efeito, *totus* indica uma grandeza discreta, ou seja, distinta daquilo que ela não é (*unus*), e uma grandeza compreendida globalmente em sua integralidade, sublinhando a absorção das partes numa massa indivisível, concebida como um bloco em que as partes são dominadas pelo todo. Já *omnis* denota uma coleção, isto é, “uma reunião de indivíduos num grupo, cujas partes componentes são reconhecidas como reais e, ao mesmo tempo, partes de um conjunto” (Brøndal, 1986, 15). Isso significa que a diversidade caracteriza o *totus*, pois ganha ela sentido pela articulação com uma totalidade. Já a característica do *omnis* é a fragmentação

das partes que a compõem. Ora, a cultura contemporânea nega um processo de totalização e constrói, se me permitem o bárbaro neologismo, um processo de omnização, de universalização.

Ademais, na sociedade de massas, que seria preciso analisar mais detidamente, os bens culturais tendem a tornar-se objetos de consumo. Ora, cultura significa etimologicamente cultivo e preservação (Silva, 1996, 116). Isso quer dizer que ela implica uma duratividade, enquanto o consumo implica pontualidade. Enquanto a cultura não é descartável, o objeto de consumo o é.

O cultural não é o efêmero, embora o efêmero possa dar origem ao cultural: as realizações do espírito prevalecem sobre as vicissitudes históricas, a menos que o devir histórico se confunda com o advento da barbárie. Elas são superadas pelo progresso do conhecimento, embora se relacionem, no seu processo de aparecimento, com o estágio de conhecimento em cada época. A universalidade é histórica, mas não é completamente sujeita às conjunturas históricas (Silva, 1996, 116).

Tudo isso, globalização econômica, política e cultural, fragmentação cultural, transformação de bens culturais em objetos de consumo são efeitos do que os “neobobos”, os “toscos”, os “atrasados” chamariam “acumulação flexível do capital” e os “modernos” denominariam “desregulação econômica”, que é a forma de acumulação a que chegou o capitalismo em nossa época. Essa acumulação flexível do capital exige que todos os serviços que antes pertenciam à esfera do Estado e, por conseguinte, eram vistos como domínios alheios à lógica do mercado passem a ser guiados por ela (Cf. Chauí, 1996, 165-168).

Nesse mundo, qual é o papel e o sentido da Universidade? Qual é nele o papel das Letras e da Lingüística?

Como manter uma universidade da qual está ausente a universalidade? “O que significa para a universidade ser ou existir num contexto cultural marcado pela fragmentação e pelo consumo, pelo imediatismo tecnicista e pela alienação objetivista, eis a verdadeira

questão, aquela a que nunca se dará solução, pois o problema, posto nestes termos, não é daqueles que admitem resposta. A única resposta à situação universitária contemporânea só pode consistir na clara elaboração da ‘questão da universidade’, na manutenção e constante alimentação desta interrogação, procedimento pelo qual se pensará a universidade no plano do sujeito histórico e não apenas no plano das conseqüências das determinações culturais da modernidade” (Silva, 1996, 117). Um projeto de universidade hoje “deve brotar do confronto entre as aspirações de resgate cultural e o dever histórico da contemporaneidade” (Silva, 1996, 117).

Diante da crise da universidade, pensa-se em salvá-la, modernizando-a. Que significa exatamente a modernização universitária? Segundo Marilena Chauí, “modernizar” é criar a “universidade de serviços”, fundada na docência e na pesquisa de “resultados”, ou seja, é transformar o critério de excelência da universidade no teste do mercado. “Quem conseguir penetrar victoriosamente no mercado será excelente; quem não o conseguir, será inessencial. Critério coerente e não absurdo, uma vez que a fonte de recursos para as pesquisas é empresarial” (1996, 165). Se o mercado financia as pesquisas, ele determina temas, critérios, objetivos, prazos, padrões, usos, etc. Façamos um parênteses para dizer que a criação dessa universidade de serviços e de resultados não é um plano malévolamente urdido por um grupo de tecnocratas encastelados nos órgãos governamentais. Se assim fosse, seria relativamente fácil combater essa idéia. Ao contrário, faz ela parte da lógica do desenvolvimento capitalista. Uma característica do capitalismo contemporâneo é a diminuição da acumulação de capital enquanto produtor de valor, ou seja, a diminuição da esfera da produção. A isso corresponde um aumento do setor de serviços, o setor terciário da economia. É dentro da lógica do desenvolvimento do setor de serviços que se insere a universidade como prestadora de serviços de ensino e de pesquisa. No setor terciário, tudo é feito em função do consumidor (Chauí, 1996, 167).

Marilena Chauí, em artigo publicado no caderno Mais da Folha de S. Paulo, de 9 de maio de 1999, afirma que, por meio da reforma universitária, o governo pretende mudar o estatuto da Universidade. Deixaria ela de ser instituição social para transformar-se em organização social. “Ora, desde seu surgimento (no século XIII europeu), a universidade sempre foi uma instituição social (...); a legitimidade da universidade moderna fundou-se na conquista da idéia de autonomia do saber diante da religião e do Estado, portanto na idéia de um conhecimento guiado por sua própria lógica, por necessidades imanentes a ele, tanto do ponto de vista de sua invenção ou descoberta como de sua transmissão”. A universidade, ao perder seu estatuto de instituição social para transformar-se em organização social, passa a ser regida por critérios de avaliação exteriores a ela, quais sejam os “de eficácia e de sucesso no emprego de determinados meios para alcançar o objetivo particular que a define”. Não aspira mais à universalidade nem à auto-reflexão. Sua “qualidade” é aferida a partir de três critérios: “quanto uma universidade produz, em quanto tempo produz e qual o custo do que produz. Em outras palavras, produtividade serão quantidade, tempo e custo, que definirão os contratos de gestão”. Isso quer dizer que não se pergunta sobre a qualidade do que se produz mas sobre sua quantidade.

É bem possível que estejamos aproximando-nos de novo da inessencialidade do professor de história e de literatura de A lista de Shindler. Mas não seremos todos excluídos, desde que, evidentemente, adaptemo-nos ao papel que o mercado traçou para nós. Como estamos acostumados a falar em Lingüística, há uma versão forte e uma versão fraca da nossa função na universidade moderna. A forte, que é a concepção dos neoliberais radicais (perdoem-me por usar uma expressão do “nhém-nhém-nhém” dos “saudosistas” e “ignorantes”) é a de professores de línguas. Essa é a exigência do mercado universitário. Precisamos preparar os alunos das diversas faculdades para ler e escrever bem em português

e em línguas estrangeiras, principalmente em inglês. O espanhol ganha cada vez mais força com a construção do Mercosul. Toda a reflexão sobre a produção literária, sobre os mecanismos e o funcionamento da linguagem e das línguas se torna inessencial. O que presidirá a área será a razão prática e não a razão teórica. Não é outro o motivo que têm levado prestigiosas universidades norte-americanas a fechar seus Departamentos de Lingüística, por exemplo. Nesse sentido, perderemos o papel que sempre nos dignificou e deixaremos de ser aquilo que reputamos hoje essencial para ser considerados pesquisadores da área.

Há, por outro lado, uma versão fraca do nosso papel, exposta pelo neoliberalismo que têm preocupações, digamos, sociais, aqueles que se preocupam com a desagregação produzida pelas novas formas de acumulação. Para expor essa concepção, permito-me ler um trecho de um dos documentos de trabalho preparados para o Seminário Nacional de Pós-graduação, promovido pela CAPES em dezembro de 1996. Nele, os autores, depois de discutir a questão da formação de pessoal pós-graduado e da pesquisa no Brasil, à luz do desenvolvimento econômico, principalmente do setor industrial, numa parte que tem o pomposo título de “visões de futuro”, dizem:

Outra característica dominante da civilização emergente é a redução do tempo de trabalho, e a maior disponibilidade para outras atividades. Dentre elas, e mesmo porque o que se vem construindo é um mundo calcado no conhecimento, a divulgação das descobertas científicas de uma maneira acessível ao leigo, o estímulo a atividades culturais e humanísticas, a participação nas artes serão pólos de atração para um crescente número de pessoas. O mundo anda fascinado pelo poder da ciência e da tecnologia, ao mesmo tempo que percebe que as conquistas materiais não são suficientes para satisfazer o ser humano em toda a sua plenitude. A grande expansão do gnosticismo está aí para testemunhar este fato. Portanto, existe um enorme vácuo que precisa ser preenchido pelo saber desvinculado de aplicações, pelas letras e pelas artes,



pelas coisas do espírito, pela filosofia, pela teologia, pela religião, na retomada da incansável busca pelo sentido da vida e pelo transcendente. Certamente, continuarão os avanços nas áreas da tecnologia e particularmente nas áreas das ciências da vida, tanto básica como aplicada. Continuaremos na tentativa de desvendar os segredos do Universo e a procurar romper as fronteiras que nos confinam ao planeta Terra e ao sistema solar, mas veremos também um renascimento do alimento mais nobre do espírito humano, ciência, arte e religião (Bevilacqua et alii, 1996, 137).

É evidente que fazemos parte dos domínios do conhecimento que se preocupam com o sentido das coisas. No entanto, ao misturar letras, artes, teologia, filosofia, religião como meio de busca do transcendente, vejo que o mercado nos reserva o papel de domesticadores do homem submetido à brutal acumulação de capital que se processa. Certamente, caber-nos-á consolar os homens que sofrem a miséria material e a degradação da qualidade de vida, acenando-lhe com a elevação do espírito, ou submetê-lo ao processo civilizatório exigido pelas novas condições de produção. Outra versão ainda para a nossa função é a de que serviremos para preencher o ócio, a fim de que os homens não pratiquem atos indesejados. Outra ainda é que serviremos para dar uma ilustração mundana aos que tiverem uma formação científica e tecnológica, serviremos para dar um colorido ao mundo. Não estaremos muito longe da velha concepção que pedia, para as “mocinhas, bons modos, piano, francês e filologia”. Nossa área será inessencial, porque da ordem do supérfluo, do ornamental, ou será essencial, desde que não seja autônoma em relação às necessidades de domesticação do espírito da nova ordem econômica.

Diante dessa situação de escasso prestígio social e de baixa rentabilidade econômica, nossa atitude tem sido defensiva e não afirmativa. O estado patêmico mais comum é o do desalento e a atitude mais freqüente é a do lamento, quando não é a nostalgia conservadora do passado. Lamentamos que não nos dão impor-

tância, que não compreendem o nosso valor, que o verdadeiro papel das Letras e da Lingüística não é levado em conta. O lamento é uma atitude pouco afirmativa, porque se lamenta o que não se fez, o que não ocorreu, o que não aconteceu. O lamento é voltado para o passado, é um sentimento de impotência. A nostalgia do passado é conservadora, porque embute o desejo de restauração daquilo que o processo social objetivo não trará mais. Outra atitude bastante freqüente é a luta pela sobrevivência individual, sem nenhuma consideração pelo contexto. Aqui vemos a concorrência mesquinha por uma bolsa, por um auxílio, uma pequena verba, sem se importar com o sentido do trabalho na área. Trata-se de lutar no varejo, de ocupar-se dos detalhes, da miudeza da concorrência acadêmica. E aí vale tudo: desprestigiar áreas que concorrem com a nossa na obtenção de verbas, desqualificar os que não pensam como nós, etc. Ora, se acreditamos mesmo no valor e no sentido do que fazemos, da área em que trabalhamos, é preciso parar de lamentar, é necessário abandonar a nostalgia do passado, é imperioso pensar, de maneira mais ampla, o significado de nossa área dentro do processo de desenvolvimento atual. Para isso, é urgente abandonar um pouco o varejo, é imperativo deixar de ver apenas nosso curso, nosso grupo de pesquisa, nossa universidade, nosso caso particular e elevar os olhos para a área, para a Instituição Universitária e tentar compreender o papel que devem ter hoje e não sonhar em restaurar o que tinham na Idade Média ou no século XIX. Nossa atitude não pode ser a perplexidade do professor de história e de literatura, que não compreendia que o mundo em que esses domínios do conhecimento eram essenciais tinha acabado. É preciso pensar uma nova essencialidade para as Letras e a Lingüística, não a essencialidade ditada pelo mercado, mas uma essencialidade voltada para a sociedade considerada em sua totalidade. É preciso mostrar que as Letras e a Lingüística têm um papel a exercer na construção do mundo. Não podemos deixar de lembrar a todos os que sonham com o passado “que qualquer dis-

cussão com o nosso passado exige um ajuste de contas com um elemento bastante pesado, no caso das próprias humanidades: o fato de que a cultura funcionou, durante muito tempo, como um sustentáculo para o privilégio. Isto é, o homem de cultura, o homem que freqüentava os clássicos tinha, graças a essa freqüentação, uma justificação ideológica bastante boa para seus privilégios econômicos, sociais, políticos, etc. Um dos elementos básicos dos novos questionamentos que surgiram nas ciências humanas e sociais, para não falar nas humanidades, nas últimas décadas, é o ajuste de contas com esses privilégios. Não será, pois, para a manutenção da velha cultura ou dos privilégios que poderemos defender o papel das humanidades hoje. (...) Não se trata de adaptar velhos fins a novos meios, mas também e sobretudo, de ver quais podem ser os fins das humanidades e da cultura hoje” (Ribeiro, 1996, 22).

Por isso, o primeiro princípio norteador de um significado atual para as Humanidades é a questão da democracia, “não apenas como regime político, mas também como um estilo de vida e enquanto valor” (Ribeiro, 1996, 22).

O segundo princípio norteador é que as Humanidades trabalham basicamente com o sentido. Pode-se dizer delas o que disse Geertz a propósito da ciência antropológica: “não é uma ciência experimental em busca de leis, mas uma ciência interpretativa, à procura de significados”. Embora certos campos da Linguística se aproximem das ciências experimentais, principalmente da Biologia, em busca de leis, no seu todo e mesmo nesses casos, as Letras e a Linguística buscam elucidar os significados da linguagem. Nesse sentido, devem elas filiar-se decididamente aos demais campos da Humanidades, que buscam o sentido da ação, do conhecimento, etc. Cabe lembrar que isso poderia revitalizar o papel das Humanidades num mundo em que se cultiva a ação e não a reflexão sobre a ação. Cabe destacar, porém, que “não podemos pensar nas Humanidades como um espaço no qual se encontre um sentido

dado: o problema delas, mas também sua grande qualidade, reside no encontro do homem com o não-sentido e a decorrente construção dos sentidos, porém, apenas humanos, por isso, frágeis, supe-ráveis, contestáveis. Esta talvez seja a grande contribuição, hoje, das Humanidades, na medida em que o que elas nos dizem, em última análise, é que a construção do homem é obra do próprio homem. Esta fragilidade é a dimensão de nossa liberdade” (Ribeiro, 1996, 23). Assim, é preciso ressemantizar a vida acadêmica, transformando o agir em fazer, os signos em gestos. Essa ressemantização far-se-á do lugar enunciativo de um país periférico, pois não nos iludamos, a globalização não nos transformou em país do primeiro mundo. A periferia do capitalismo é antes “um lugar de enunciação” do que “um espaço geográfico” (Pizarro, 1996, 52). E aqui começa a fazer sentido pensar as Letras e a Lingüística na construção do Mercosul. Somos intrinsecamente leitores e nossa tarefa de leitores é perguntar pelos efeitos de sentido das categorias lingüísticas, pela significação dos seres ficcionais e de suas paixões de papel, etc. Cabe ainda explicar como se constroem esses efeitos de sentido, essas significações.

Devem ser estabelecidas prioridades de pesquisa baseadas nos princípios norteadores esboçados acima. Tenho reiterado que nossa área possui muito pouca visibilidade. Conto sempre, porque me chocou, que um ex-presidente da SBPC, convidado a uma reunião da ANPOLL, que se realizou em Florianópolis, disse que se sentia feliz por estar entre os guardiães do alfabeto. Nem sequer somos guardiães da língua! Uma política para as Letras e a Lingüística deve privilegiar resolutamente os projetos de grande alcance, que levem à produção de materiais indispensáveis para o conhecimento da língua e da literatura nacionais, das outras literaturas vernáculas e das línguas e das literaturas clássicas e modernas ou que conduzam à compreensão dos sentidos produzidos lingüisticamente. Temos ficado muito presos aos trabalhos individuais, muitas vezes relevantes, mas, em muitos casos, sem relevo

maior. É o momento dos projetos de fôlego maior, que mostrem a indiscutível essencialidade da área. Esses projetos de maior alcance, de um lado, têm um cunho democrático, porque servem a uma parcela significativa da população; de outro, voltam-se para aquilo que constitui a especificidade das Humanidades, o trabalho com o sentido.

Ademais, devem ser acolhidos novos temas, novos campos de pesquisa, novas abordagens de velhos problemas (penso aqui nas novas possibilidades da Lingüística Histórica e do estudo das Línguas Clássicas). Mas atenção! Não se trata de um *make it new*. Devemos propor novos problemas, porque correspondem a novas realidades, a novas experiências, a novas demandas sociais que requerem compreensão e interpretação (Chauí, 1996, p. 169).

Além disso, deve haver um engajamento efetivo da área de Letras e Lingüística no ensino da população deste país. Lucien Goldmann, em texto de 1967, intitulado Possibilidades de ação cultural através dos mass-media, faz uma detida análise do papel dos meios de comunicação de massas (rádio, televisão, quadri-nhos, etc.) na sociedade capitalista de seu tempo. Não partilha do pessimismo radical da escola de Frankfurt, mas também não poderia ser considerado um integrado no sentido que Eco deu a esse termo. Correndo o risco de simplificar e empobrecer seu pensamento, por retirar algumas afirmações do contexto, pode-se dizer que a tese defendida por ele, nesse texto, é que o excesso de informações desorganiza a compreensão (1972, 26). Se isso era verdade na década de 60, muito mais verdadeiro o é nos anos 90, quando o acesso à informação atinge patamares inimagináveis. A leitura e a escrita são meios ainda insubstituíveis de organização da informação. Portanto, ensinar a ler e a escrever, a compreender o texto, predominantemente o literário, principalmente ao que se costuma chamar camadas menos favorecidas da população, é tarefa absolutamente necessária. Ora, a área de Letras e Lingüística deve engajar-se nesse trabalho de delinear as linhas de uma melhoria

no ensino de língua e literatura maternas e de línguas e literaturas clássicas e modernas.

À luz dos sentidos aqui delineados e dos problemas apontados, particularizemos o desafio e as perspectivas da pesquisa em Letras e Lingüística na edificação do Mercosul.

Quando se pensa na construção do Mercosul, imagina-se a edificação de um espaço econômico, em que haverá livre circulação de bens e capitais. Quando as concepções são mais ousadas, pensa-se também num espaço em que haverá livre circulação das pessoas. No entanto, é preciso considerar que a edificação de um espaço comum é também uma construção cultural, simbólica. Caso esse aspecto seja deixado de lado, a uma unificação econômica tenderá a corresponder um acirramento das particularidades individuais, das identidades regionais, de modo que se poderá estar gerando também, como disse José Saramago a propósito da União Européia, uma nova Iugoslávia no nosso espaço comunitário. Dentro dessa concepção de mercado comum, a pesquisa em Letras e Lingüística tem duas funções muito importantes, que poderíamos denominar muito imprecisamente da seguinte maneira: uma econômica e uma simbólica. A primeira diz respeito a pesquisas sobre Terminologia e sobre o ensino de línguas. De um lado, é necessário estabelecer a equivalência das terminologias jurídicas, técnicas, etc. entre os diferentes países do Mercosul, para que haja um mínimo de comparabilidade no nível da produção e das instituições jurídicas necessárias ao exercício do poder dos Estados nacionais e das instâncias supranacionais; de outro, é preciso criar métodos de ensino de espanhol para os lusófonos e de português para os hispanófonos, para que as dificuldades de comunicação não coloquem entraves à livre circulação de bens, capitais e pessoas. Entretanto, não é esse o principal papel da pesquisa na área de Letras e Lingüística no que concerne à construção do Mercosul. Como sabemos que a língua é uma maneira de categorizar o mundo e a literatura, uma forma do conhecimento do possível, as Le-

tras e a Lingüística têm o papel de levar ao conhecimento profundo do outro, de seus valores, preconceitos, anseios, medos, perspectivas, utopias, expectativas. Em síntese, têm a função de conduzir ao conhecimento da identidade do outro, a fim de possibilitar o reconhecimento e a aceitação da diferença como base sobre a qual se pode erigir o espaço comum.

Uma tese central da Lingüística é que o sentido surge a partir da diferença. Ora, se o mundo ganha sentido por meio das diferenças, a identidade de um sujeito ou de um objeto só aparecem quando eles são confrontados com o outro. Isso quer dizer que a identidade é sempre diferencial. A identidade pressupõe traços semânticos que diferenciem um sujeito ou um objeto de outros sujeitos e objetos. A América Latina é uma terra em que o outro não é só o estrangeiro distante, visto como exótico, bárbaro ou selvagem, mas as peculiaridades de sua formação social, com índios, negros e europeus, fez que houvesse uma convivência de modos de vida diferentes impostos pelas diversas maneiras de presença do outro. Assim, uma pluralidade de identidades convive em cada país.

É preciso examinar quais as formas de relações intelectuais e afetivas, manifestadas na linguagem, que se estabelecem entre os diferentes grupos nacionais, regionais, raciais, etc. Trabalhos (Landowski, 1998) sobre a questão apontam quatro tipos de relação entre o nós e o outro: a assimilação, a exclusão, a agregação e a segregação. O discurso da assimilação procura transformar o outro em nós, pois se funda na certeza de que nosso modo de vida e nossa visão de mundo são melhores e mais razoáveis que a do outro, pois se assentam em valores que apresentamos como universais. O discurso da exclusão é o que propõe a negação do outro, do estrangeiro, do diferente. Há uma afinidade bastante estreita entre os dois discursos, pois se fundamentam sobre os mesmos preconceitos. Visam a preservar o nós, a garantir sua integridade, seja pela assimilação, seja pela exclusão do outro, que é visto sempre como uma ameaça. Os discursos de agregação e de segregação

não consideram que as diferenças entre o nós e o outro sejam naturais. O discurso da agregação é o que busca integrar o outro ao nós, sem que ele perca sua identidade. Ao contrário, o outro torna-se parte constitutiva do nós, o que significa que, nesse caso, ocorrem a conservação e a coexistência de diferenças. O discurso da segregação propõe a manutenção das diferenças, sem, no entanto, qualquer mistura, qualquer contato. O outro deve manter-se separado do nós. Esse é, por exemplo, o discurso do apartheid.

É evidente que segregação e agregação são posições instáveis. Por isso, os grupos, principalmente os minoritários, agregados podem caminhar para a assimilação e perder sua identidade, pelo apagamento de diferenças agregadas, enquanto a segregação pode ser o início da exclusão. São essas relações de sentido que presidiram as relações do nós com o outro no caso dos negros na África do Sul ou dos judeus sob o regime nazista. Se o nós exclui, segrega, agrega ou assimila o outro, há diferentes reações do outro em relação a esses discursos. Os mesmos trabalhos propõem quatro tipos de reações, a partir de quatro figurativizações: o esnobe quer ser assimilado ou assimilar-se; o dândi deseja ser excluído, é o que tem o gosto de mostrar-se à margem; o camaleão pretende ser agregado; o urso prefere a segregação. Temos relações contratuais entre o nós e o outro, quando, por exemplo, o nós quer agregar e o outro quer ser agregado, etc. Surgem, no entanto, relações polêmicas, quando existe, por exemplo, um discurso de exclusão a chocar-se com um de agregação.

As diferenças podem ser reais ou presumidas, não importa, pois, mesmo que o simulacro não tenha fundamento no real terá uma realidade semiótica, já que comanda as relações intersubjetivas. Não nos esqueçamos da lição sobre a realidade da linguagem dada por Riobaldo: Não escrevo, não falo! – para assim não ser: não foi, não é, não fica sendo! (GSV, 563).

Pensem ainda um pouco sobre a questão da construção da identidade, analisando os diferentes modos de construção e as dimensões envolvidas nessa construção. Floch, em texto do livro



Identités visuelles (1985), diz que a produção e o reconhecimento de uma identidade são sempre diferenciais, ou seja, assentados na diferença real ou presumida em relação ao outro. Mostra que existem dois modos de construção e de discursivização da identidade: um paradigmático (relação ou...ou), que apenas explora a diferença, e outro sintagmático (relação e...e), que engendra, a partir das diferenças, uma espécie de identidade positiva, constituída pela agregação das diferenças, mas sempre, já que a relação é sintagmática, relacionando sentidos em presença. O discurso da extrema direita francesa talvez seja um discurso que apresente identidades paradigmáticas. Trata-se do discurso de uma identidade diferencial, que opõe os pertencentes à civilização ocidental, com os valores que isso implica, aos que têm valores africanos. Por outro lado, um exemplo de uma identidade sintagmática é uma certa identidade paulista, que se quer construir com a exaltação de uma caipirice high tech, pois, nela, se agregam valores urbanos (boas condições de vida, acesso à tecnologia, etc.) aos valores rurais (tranquilidade, culto às relações pessoais), criando uma visão nova do rural, construindo uma urbanização do rural ou talvez uma ruralização do urbano. Por outro lado, estão implicadas, na construção da identidade, três dimensões: uma racional, uma sensorial e uma patêmica. No caso, da construção da identidade neo-caipira existe uma dimensão racional que se manifesta na oposição entre valores urbanos e rurais e o percurso de compatibilização desses valores; uma dimensão patêmica, que se revela na nostalgia do campo e uma dimensão sensorial, que se desvela numa estética do cowboy. É preciso examinar o papel de cada uma dessas dimensões nos dois modos de construção da identidade.

Alguns trabalhos (Barros, 1998) têm mostrado que essas relações entre o nós e o outro não ocorrem apenas entre indivíduos ou comunidades culturais, mas também nas relações lingüísticas, tanto internas a uma dada sociedade, entre variantes de uma língua, tendo por referência a variante culta ou padrão, quanto entre

línguas diferentes, tendo como referência a língua nacional. Por exemplo, o r retroflexo do dialeto caipira é segregado. Pode ser usado, desde que não seja, por exemplo, na apresentação dos telejornais. As variantes menos prestigiosas são completamente excluídas da escola, da administração, dos meios de comunicação. As relações entre as línguas são sempre assimétricas (mais ou menos prestigiosas) e dependem das relações econômicas, culturais e políticas que estabelecem relações de dominação entre os grupos sociais e suas línguas. No Brasil, durante a segunda guerra mundial, proíbe-se o ensino em línguas estrangeiras, excluindo, assim, o italiano, o alemão, etc. Na Itália, depois da unificação, misturam-se jovens falantes de diferentes dialetos no exército e proíbe-se falar em “dialeto”. Línguas diferentes, como, por exemplo, o sardo, são considerados dialetos. O belíssimo filme *Padre Padrone* dá testemunho dessa política de exclusão lingüística. Criam-se atitudes de “proteção” política da língua que se julga ameaçada. Essas atitudes geram um discurso de exclusão tanto em relação à variação interna (a norma padrão é “ameaçada” pelas outras), quanto em relação às línguas estrangeiras que “invadem” a língua nacional. Todas as atitudes puristas são excludentes. Os dominados, no caso lingüisticamente, podem ter relações contratuais ou polêmicas com o discurso dos dominantes. Podem ver-se como inferiores, como querem os dominantes, ou não. No primeiro caso, o outro é visto como mais desenvolvido, mais adiantado, mais avançado. Sua língua será, então, considerada mais bonita, mais precisa e, mesmo, mais simples. Todos os lexicólogos mostram que os empréstimos de termos estrangeiros provêm quase sempre de um país de cultura dominante ou considerada desse modo pelos falantes da língua que recebe os empréstimos.

Todas essas questões envolvidas na construção de identidades, de relações entre países, grupos regionais, grupos raciais, línguas, variantes são o campo privilegiado da pesquisa lingüística e literária. Por isso, o desafio da pesquisa em Letras e Lingüística na

construção do Mercosul é evitar a formação de concepções, discursos e políticas de segregação, de exclusão e de assimilação e contribuir para a construção de um discurso em que as diferenças possam conviver harmoniosamente, criando-se, assim, um espaço comum cultural e simbólico.

Nosso primeiro desafio, no entanto, é a construção de grupos de pesquisa comuns. A verdade é que estivemos voltados de costas uns para os outros e dirigimos nossos olhares e nossas aspirações sempre para a Europa e os Estados Unidos. Não se propõe o corte do diálogo com os centros universitários mais avançados, mas o trabalho conjunto de pesquisadores do Mercosul.

Por outro lado, não me filio à corrente dos que pensam que as ciências humanas sofrem a mesma obsolescência do conhecimento que as ciências biológicas, por exemplo. Ao contrário, penso que o que caracteriza as ciências humanas é uma não obsolescência das teorias, dos temas, etc. Daí, a atualidade dos clássicos. Para um homem de Letras, é tão importante conhecer a Poética de Aristóteles, quanto o último artigo de Derrida. Se me permitem a ironia, talvez até mais aquela do que este. No entanto, é preciso inserir-se no debate contemporâneo das questões científicas. Se acreditamos que as questões em debates são sugeridas pelas condições objetivas do processo social, que é sempre plural e dialeticamente contraditório, é colocar-se fora do tempo a atitude de negar importância, relevância e interesse ao debate contemporâneo, de marginalizar-se dele. Muitas vezes, ou na maioria das vezes, essa atitude revela preconceitos incompatíveis com o perfil de um homem de ciência, desatualização bibliográfica, temor de lançar-se na aventura do conhecimento. Em todos esses casos, estados que não recomendam o pesquisador.

Ao longo desta conferência o que fiz foi delinear um painel das questões que já foram debatidas por muitos autores e que representam desafios e perspectivas para a área de Letras e Linguística no mundo contemporâneo e no processo de construção do

Mercosul. Cada um desses aspectos precisaria ser aprofundado. São basicamente questões ligadas ao sentido da pesquisa nas Letras e na Lingüística. Por isso, pensa-se nos princípios norteadores da pesquisa em Humanidades, o da democracia e o do trabalho com o sentido, bem como nas direções dessa pesquisa, os projetos integrados de maior alcance, a acolhida dos novos temas e o engajamento na mudança do ensino de línguas e de literaturas. Além disso, propõe-se que a área de Letras e Lingüística tem dois papéis na edificação do Mercosul: um papel econômico e um papel muito mais importante no estudo das questões de identidade e na criação de um espaço semântico de agregação. Se não fizermos isso, o Mercosul será um espaço cultural onde reviverão os nacionalismos, os fundamentalismos, a xenofobia, etc.

O problema sério é que o estabelecimento de uma política que leve em conta esses aspectos vai chocar-se sempre com as contradições da realidade: trabalho com o sentido, mas sem perder de vista que o estilo das Letras não é a interpretação descompromissada, pois elas, como toda ciência, têm preocupação com a generalização e com a verificação dos resultados (afinal, já diziam os medievais, *Nominantur singularia, sed significantur universalia*); acolhida de novos temas e inserção no debate contemporâneo, mas sem esquecer os clássicos; preocupação com pesquisa séria de fatos lingüísticos e literários, mas sem perder de vista pressupostos teóricos e metodológicos das diferentes disciplinas; criação de uma nova essencialidade para nossa área, mas sem perder de vista as contribuições “econômicas” que pode ela dar. É indispensável estabelecer, em meio a esses conflitos e contradições, diretrizes para uma política de pesquisa da área, sem o que não passaremos nunca para uma ação afirmativa, quedando no lamento estéril e na nostalgia conservadora. Estamos enredados nessa teia de dificuldades e adotamos uma atitude defensiva ou então optamos pela discussão do varejo. Acho que estamos na situação de Riobaldo, quando diz:

Baixei, mas fui ponteando opostos. Que isso foi o que sempre me invocou, o senhor sabe: eu careço de que o bom seja bom e o rúim rúim, que de um lado esteja o preto e do outro o branco, que o feio fique bem apartado do bonito e a alegria longe da tristeza! Quero os todos pastos demarcados... Como é que posso com este mundo? A vida é ingrata no macio de si, mas transtraz a esperança mesmo no meio do fel do desespero. Ao que, este mundo é muito misturado (GSV, p. 210).

Preferiríamos que, na situação atual de nossa área, os pastos fossem todos bem demarcados. No entanto, o mundo é muito misturado e é enfrentado a mistura, o conflito, a divergência, a contradição que temos que estabelecer prioridades e políticas. É no meio de todas as contradições que permeiam o trabalho universitário no mundo contemporâneo que temos de encontrar uma nova essencialidade para a área e, por meio dela, contribuir para o desenvolvimento integral de nossos país, que passa pela construção de espaços comunitários, que não podem ser, como disse e repeti, apenas espaços econômicos, mas que devem ser, antes de mais nada, espaços semânticos e enunciativos comuns.

## **Bibliografia**

- BARROS, Diana Luz Pessoa (1998). *Imagens do outro e de sua língua*. Cópia xerog.
- BEVILACQUA, Luiz et alii (1996). "Formação de pessoal pós-graduado e pesquisa no Brasil". In: *Discussão da Pós-graduação brasileira*. Brasília, MEC.
- BRONDAL, V. (1986) *Omnis et totus*. Documents. Paris, GRSL-EHESS-CNRS, VIII, 72, 1986.
- CHAUÍ, Marilena (1996). "Perspectivas para o futuro". In: *Humanidades, pesquisa, universidade*. São Paulo, FFLCH-USP, p. 159-161.

- \_\_\_\_\_. (1999). A universidade operacional. *Folha de S. Paulo*, Caderno *Mais*, 9 de maio.
- FLOCH, Jean-Marie (1985). *Identités visuelles*. Paris, P.U.F.
- GOLDMAN, Lucien (1972). A criação cultural na *sociedade moderna*. São Paulo, Difusão Européia do Livro.
- LANDOWSKI, Eric (1998). *Présences de l'autre*. Paris, P.U.F.
- PIZARRO, Ana (1996). "Notas sobre la investigación en Humanidades". In: *Humanidades, pesquisa, universidade*. São Paulo, FFLCH-USP, p. 45-53.
- RIBEIRO, Renato Janine (1996). "Comentários ao texto de Milton Santos". In: *Humanidades, pesquisa, universidade*. São Paulo, FFLCH-USP, p. 18-23.
- ROSA, João Guimarães (1963). *Grande sertão: veredas*. 3 ed. Rio de Janeiro, J. Olympio.
- SILVA, Franklin Leopoldo e (1996). "Universidade, Humanidades e Filosofia". In: *Humanidades, pesquisa, universidade*. São Paulo, FFLCH-USP, p. 105-117.





## TERMINOLOGIA TÉCNICO-CIENTÍFICA: SEU PAPEL NO MERCOSUL

*Maria da Graça Krieger*  
Instituto de Letras – UFRGS

Ao agradecer o honroso convite que me fez a Associação Brasileira de Linguística para proferir esta Conferência sobre terminologia, quero salientar a importância de discutirmos tema de relevância para a sociedade, uma vez que ele se vincula muito diretamente à alteração, no mundo contemporâneo, de paradigmas econômicos, culturais, científicos e tecnológicos.

Esses paradigmas estão intimamente relacionados a três grandes transformações que têm produzido efeitos significativos sobre a vida neste final de século: a globalização, o acelerado desenvolvimento da ciência e da tecnologia e as novas tecnologias informáticas, com as implicações daí decorrentes, como a organização e a divulgação da informação.

Sem dúvida, a globalização é o grande processo determinante do incremento das transações comerciais entre nações. Foi essa sua mola mestra que propiciou o surgimento dos atuais blocos econômicos e do incremento de uma série de intercâmbios que ultrapassaram o âmbito comercial, expandindo-se para o mundo científico, tecnológico e cultural.

O alargamento das fronteiras, ao provocar uma profunda ampliação das relações internacionais, leva os idiomas a entrarem mais fortemente em contato, exigindo novas ações para uma comunicação eficiente. O bom fluxo comunicacional é um componente imprescindível a qualquer processo de integração.

Todos esses aspectos mencionados estão relacionados ao próprio tema desta Reunião Anual da SBPC, centrada na questão das fronteiras no Mercosul. Em razão desse equacionamento, nes-



ta exposição, quero salientar o importante papel do funcionamento e da circulação dos termos técnico-científicos para a nova realidade econômica, política e cultural em que se constitui o Mercosul. Trata-se também de uma nova realidade lingüística, em função do bilingüismo aqui existente.

Quero antes esclarecer que, apesar do título, as terminologias técnico-científicas não desempenham apenas um papel, mas uma gama de funções nos contextos de integração, tanto para seus produtores, como para seus usuários.

Inicialmente, lembro que é à luz da problemática da ampliação das fronteiras que se inscrevem as primeiras questões relacionadas às políticas lingüísticas que, obrigatoriamente, devem incluir o tratamento dos termos especializados. Tal como temos assistido, em todos os blocos econômicos, as línguas dos países que os integram foram reconhecidas como idiomas oficiais. Assim ocorreu na União Européia e no Nafta.

Em relação a este bloco do Cone Sul, foi formalmente estabelecido que o português e o espanhol devem cumprir o papel de línguas oficiais do Mercosul. Na prática, verifica-se a perfeita coexistência dos dois idiomas, evidenciando a igual importância do português e do espanhol. Consensualmente, descarta-se a idéia de uma língua supra, mesmo diante de uma incontestável nova ordem mundial, determinante de um mundo mais integrado, muito embora existam evidências dos enfraquecimentos e dos prejuízos provocados pela expansão das fronteiras.

Sem pretender avançar nos problemas dos processos integradores que não representam, por si mesmos, a concretização de um mundo melhor, considero importante salientar que as fronteiras entre o português e o espanhol do Mercosul permanecem nitidamente delineadas no horizonte do positivo movimento cultural integrador.

Essa é uma fronteira necessária que não deve ser quebrada, porque ambas as línguas expressam a identidade de culturas que

precisam ser respeitadas. O respeito pelas formas de dizer do outro deve ser o princípio norteador de toda e qualquer política lingüística que se pretenda para o Mercosul. É preciso, pois, conjugar esforços, somar competências, mas não anular diferenças. Assim, ao colocarmos o português e o espanhol em pé de igualdade, estamos respeitando também o uso legítimo e a autenticidade dos léxicos especializados de nossas respectivas línguas.

Posto isto, que é sempre bom reafirmar, todas as ações que estão sendo adotadas para a consolidação do Mercosul têm efetivamente se pautado pela valorização equalitária dos dois idiomas oficiais. E, simultaneamente, pela consciência de que o português e o espanhol, apesar de suas origens comuns e de terem se mantido muito próximos, o que, sem dúvida, favorece a compreensão mútua, apresentam grandes diferenças, sobretudo fonológicas e semânticas que, freqüentemente, tornam a comunicação problemática.

Contribui ainda para as dificuldades de comunicação, o fato de que tanto o português, como o espanhol latino-americano, não constituem línguas homogêneas, pois comportam, em seu interior, significativas variações sócio-lingüísticas, quer por questões regionais, quer por outras determinantes. No caso do castelhano, as variações regionais acentuam-se, porque se trata da fala de três países, sendo que o Paraguai tem ainda o guarani como língua oficial. O bilingüismo paraguaio afeta também o espanhol lá falado.

A conseqüência direta de todo esse panorama é a necessidade premente do desenvolvimento de estratégias capazes de ampliar o conhecimento mútuo das línguas aqui faladas.

A importância dessa competência bilíngüe pode ser compreendida dentro do espírito das palavras de Juan Sager. Para este grande estudioso da terminologia, saber uma língua significa construir “uma ponte entre mundos”. (SAGER, 1993: 14)

Como toda língua compreende léxicos temáticos, atentar a esse funcionamento é um dos componentes importantes da aprendizagem das línguas estrangeiras. Tal posição atualiza o

tema dos vocabulários particulares que caracterizam a comunicação dos especialistas nas mais diferentes áreas do conhecimento. O largo uso de unidades lexicais próprias de cada área, identificadas como termos técnico-científicos, constitui um significativo diferencial. Essas unidades lexicais estão a serviço de uma comunicação especializada e, nessa medida, opõem-se ao léxico da língua comum.

Para melhor situar a problemática terminológica, gostaria de lembrar que o próprio termo – terminologia- comporta, no mínimo, duas faces conceituais:

- uma primeira, referente à terminologia como repertório de termos, ou de unidades lexicais especializadas de uma área científica e/ou técnica. É nesse sentido que se fala na terminologia da química, da física quântica, da economia, da informática, da medicina, da lingüística, entre outros domínios científicos. Ao mesmo tempo, em virtude do desenvolvimento de técnicas e de tecnologias, se é levado a reconhecer a existência de uma terminologia do mobiliário, do maquinário da indústria gráfica, entre tantos outros exemplos;
- a segunda face diz respeito ao campo de estudos que tem por objeto o léxico temático, ou, como se costuma dizer, o léxico das linguagens especializadas, pensando-se aí nas comunicações dos especialistas das diferentes áreas científicas e técnicas.

Este campo de estudos, que vem avançando nos últimos tempos, visa não apenas à construção de uma teoria da terminologia, quanto a contribuir para o estabelecimento de princípios e métodos orientadores da tarefa terminográfica. Objetivando a elaboração de glossários, dicionários técnicos e bancos de dados, a terminografia é, desse modo, uma forma de aplicação das terminologias.

Se o estudo dos termos tem avançado ultimamente, ganhando novos espaços, igualmente, as formas de dizer dos especialistas vêm despertando um interesse crescente nesta sociedade atual, de intensas cooperações internacionais. As razões desse interesse, logo adiante, serão explicitadas.

Cabe antes lembrar que, embora o surgimento dos termos técnico-científicos esteja relacionado ao desenvolvimento da ciência e da técnica, o emprego das terminologias já aparece nas práticas lingüísticas das mais antigas civilizações de cultura.

Guy Rondeau, um renomado estudioso canadense da terminologia, diz, com muita propriedade, que:

*A terminologia não é um fenômeno recente. Com efeito, tão longe quanto se remonte na história do homem, desde que se manifesta a linguagem, nos encontramos em presença de línguas de especialidade, é assim que se encontra a terminologia dos filósofos gregos, a língua de negócios dos comerciantes cretas, dos vocábulos especializados da arte militar, etc. (RONDEAU, 1984:1).*

Por sua vez, a prática terminológica, no universo das comunicações científicas pode ser constatada também já há bastante tempo. Entretanto, a consciência da necessidade de cunhar e empregar termos próprios de cada área do conhecimento para assegurar a univocidade de comunicação entre especialistas deve-se, em grande parte, ao início da internacionalização das ciências. Tanto é assim que a história registra que, em seus respectivos congressos internacionais ao longo do século XIX, botânicos, zoólogos e químicos manifestam a necessidade de dipor de regras de formação de termos para cada disciplina. É no âmbito dessa proposição que se cunham as nomenclaturas científicas, atuando os especialistas como verdadeiros terminólogos.

Efetivamente, o propósito de criar terminologias está relacionado ao ideal de exclusividades denominativa, bem como à neces-

cidade de precisão conceitual no mundo das comunicações especializadas que, para além da ciência, compreende os campos técnicos. Por essas razões, Maria Teresa Cabré afirma que:

*Para os especialistas , a terminologia é o reflexo formal da organização conceptual de uma especialidade e um meio inevitável de expressão e de comunicação profissional (CABRÉ, 1993:37).*

Gostaria de exemplificar a idéia da criação terminológica, como forma de denominar os produtos da ciência e da técnica, lendo alguns fragmentos de uma crônica de Otto Lara Resende, intitulada : A graça feminina de voar.

*A palavra “avião” foi cunhada pelo engenheiro francês Clément Ader, em 1890. Pode olhar no Littré, que está lá a data certinha. No Brasil, infelizmente, ainda não temos um dicionário que nos dê a data do nascimento do vocabulário. Mas “avion” sabemos que tem exatamente 102 anos.*

*Não é, nem podia ser, uma palavra velha. Nasceu com o aparelho que ela designa. O grande golpe de Ader foi batizar o aparelho mais pesado que o ar que ele próprio construiu. Foi ao latim, passou “avis” para o aumentativo e criou “avion”. Lá pelos anos 20, 30 os pilotos franceses do correio aéreo atravessavam o Atlântico e o “avion” se adaptou fácil ao vernáculo. Virou “avião”.*

*Santos Dumont, em matéria de engenho e construção de aparelhos, não ficou atrás de Ader, nem de ninguém. Deixou, porém, de batizar com um neologismo o que ele inventava e fabricava a duras penas. O 14-Bis, acoplado ao balão 14, não chega a ser um nome – é um número de ordem. Só depois é que lhe ocorreu batizar “o”, ou melhor, “a”*

*“Demoiselle”. Aqui está. “Senhorita”, moça não casada”, libélula”, chamou o nosso Santos Dumont ao seu pioneiro aparelho.*

*Por que “Demoiselle”? Nenhuma dúvida: porque o avião nasceu mulher. Um idiotismo curioso é que ave sendo palavra feminina passa a ser masculina quando vai para o aumentativo: o “avião”... Uma ave grande devia ser, portanto, uma “avioa”. Mas o nosso implacável machismo botou de lado a feminilidade da avezinha e tascou “avião” – aumentativo masculino. Não será preciso explicar por que Clément Ader associou o avião a uma ave.*

*... Fora os pés, que foram substituídos por pneus, ave e avião têm no tamanho a sua principal diferença. O avião é uma ave ampliada... (RESENDE, 1997:6)*

O texto de Otto Lara Resende, mesmo com a leveza e o humor adequados ao efeito pretendido para a sua leitura, uma revista de bordo, reflete o modo de funcionamento do processo designativo nos campos técnicos e científicos. Além da dimensão onomasiológica evidente, cunham-se termos para “batizar” os produtos da criação científica e tecnológica, tenham eles existência concreta ou não.

Essa prática denominativa é milenar, como já sabemos. Novidade é o fenômeno da proliferação massiva das terminologias. Esse crescimento terminológico, que aparece mesmo como um traço característico sócio-cultural de nossa época, está relacionado ao grande avanço das ciências e ao acelerado desenvolvimento tecnológico que estamos vivenciando neste século XX, em especial, nesta última década.

Mas, independentemente de épocas e de histórias, a criação consciente das terminologias almeja o ideal de exclusividade denominativa, como tentativa de fugir da polissemia e das ambigüidades, próprias do léxico comum. Isso explica a forte presença de formantes greco-latinos nas primeiras nomenclaturas científi-

cas. Não por acaso, a botânica, por exemplo, denomina grupos de árvores por termos como: *latifoliadas*, *angustifoliadas*, *cicadáceas* entre outros nomes que procuram refletir um conhecimento sobre os objetos de investigação.

Essas características são muito bem observadas por Sager, para quem:

*O procedimento de designação adotado pelas ciências taxionômicas se baseia na criação de linguagens artificiais que exploram a natureza sistemática e o potencial classificador da linguagem. Constroem um sistema denominativo através das nomenclaturas e que têm motivação na busca da expressão do conhecimento, de forma a fugir da ambigüidade da língua comum (SAGER,1993:139).*

Efetivamente, a precisão conceitual favorece a univocidade comunicacional nas comunicações especializadas. Isso se deve, em muito, ao próprio caráter dos termos técnico-científicos que têm na monorreferencialidade, na monossêmia e na exclusividade denominativa seus ideais de expressão.

Trata-se de ideais, porque a análise dos discursos especializados demonstra que nem sempre há um só conceito, nem tampouco uma única denominação correspondente, mesmo no interior de uma mesma área de conhecimento.

As aplicações e os estudos da terminologia têm efetivamente demonstrado a impropriedade do princípio da homogeneidade lingüística que desconsidera, entre outros aspectos, a variação terminológica e o próprio funcionamento sinonímico de alguns termos em diferentes comunicações especializadas. Ao mesmo tempo, vale observar que a crença na invariância denominativa e conceitual fundamenta-se no princípio da universalidade da ciência, sendo também reveladora de uma concepção positivista sobre a produção do conhecimento.

Diante disso, a revisão dos princípios teórico-metodológicos de tratamento das terminologias, atualmente em prática, precisa considerar a ampliação do conceito de fazer científico ocorrida neste século. Tal ampliação acarretou implicações importantes para o reconhecimento do estatuto terminológico de uma unidade lexical.

A partir dos anos 60, com o grande desenvolvimento do pensamento estrutural, novos campos do saber alcançaram estatuto de cientificidade. Lembro dos estudos lingüísticos, antropológicos, sociológicos e psicanalíticos, sobretudo, lacanianos.

Em especial, as chamadas áreas humanas do conhecimento, ao avançarem na determinação de princípios teóricos e epistemológicos, desenvolveram teorias e metodologias próprias, que se tornaram determinantes da criação de terminologias específicas.

Além disso, os vocabulários especializados dessas novas áreas científicas e tecnológicas valem-se, em larga medida, do chamado léxico comum da língua, diferenciando-se das ciências fundadoras que instituíram seus termos com grande número de formantes greco-latinos.

No entanto, não é apenas a pesquisa nas áreas sociais e humanas que, num princípio de economia, confere a palavras da língua sentidos terminológicos. Uma evidência disso, pode ser facilmente constatada nos chamados Dicionários da língua geral, que registram sentidos específicos de diferentes áreas do conhecimento ao final de seus verbetes. Exemplifico isso, lendo o verbebo *capacidade* no Dicionário Aurélio:

*Capacidade.* [Do Lat. *Capacitate.*] S. f. 1. Volume ou âmbito interior de um corpo vazio. 2. Qualidade que pessoa ou coisa tem de satisfazer para um determinado fim; habilidade, aptidão. 3. Pessoa de grande ilustração ou aptidão; talento, sumidade. 4. *Eletr.* A quantidade de carga elétrica ou de energia que uma bateria elétrica pode fornecer sem que se lhe altere irreversivelmente a constituição química,



*e medida comumente, pelo número de ampères-hora que a bateria pode fornecer, ou pelo número de watts-hora que ela pode debitar. 5. Fís. V. capacidade (1). 6. Jur. Aptidão legal para adquirir e exercer direitos e contrair obrigações..*

.....  
*Capacidade calorífica. Fís.; Capacidade de armazenamento. Proc. Dados; Capacidade de canal. Telecomunicações; Capacidade de memória. Proc. Dados; Capacidade elétrica. Eletr. V capacidade (FERREIRA,1985: 273).*

Esse mesmo exemplo serve para mostrar que, na linguagem, coexistem o processo de terminologização de unidades lexicais da língua comum e o de vulgarização das terminologias científicas.

Referi um pouco dessas questões apenas para ilustrar que o tratamento das terminologias não se resume a uma prática compilatória voltada à frequência do termo. Ao contrário, reconhecer o estatuto terminológico de uma unidade lexical exige critérios de identificação baseados em um conjunto de princípios do funcionamento dos sistemas lingüísticos.

Tal problema agrava-se sobretudo porque os sintagmas terminológicos, de problemático reconhecimento, têm altíssimo percentual nas linguagens especializadas. Seu estudo requer uma descrição dos graus de lexicalização das unidades terminológicas, assim como da coesão entre os componentes de uma determinada expressão, entre outros aspectos. Por isso, cabe lembrar a importância dos aportes da semântica, da sintaxe, da sócio-lingüística, da pragmática e das teorias de texto e discurso para o exame do funcionamento dos termos. Acrescente-se ainda que o exame da produção científica e técnica revela que é nos diferentes universos discursivos que as terminologias cobram sentido.

Com efeito, o enfoque lingüístico sobre o modo de funcionamento da produção terminológica tem oferecido importantes

orientações ao trabalho terminográfico. Trata-se de um trabalho complexo, entre outras razões, porque inexitem fronteiras rígidas entre o léxico temático e o das comunicações ordinárias, ao contrário do que muito comumente ainda se julga.

Do mesmo modo equivocado, ainda há quem considere que as terminologias técnico-científicas constituem elementos artificiais que não pertencem à linguagem, nem obedecem ao funcionamento dos sistemas lingüísticos. Tais concepções estão, no entanto, sendo superadas pelo avanço da pesquisa terminológica, a cada dia mais ampliada no quadro dos estudos lingüísticos.

Por outro lado, cabe ressaltar que o forte incremento das terminologias e as exigências do mundo globalizado fizeram com que a sociedade passasse a perceber o importante papel dos termos técnico-científicos para uma comunicação mais eficiente, uma adequada transferência de tecnologia e um correto estabelecimento de contratos comerciais entre outras ações de cooperação.

A mesma consonância de pontos de vista pode ser depreendida da precursora visão de Alain Rey:

*Os vocabulários científicos, técnicos, institucionais, instrumentos obrigatórios da constituição e da transmissão do saber, da harmonização da cultura, do desenvolvimento pedagógico, eram tradicionalmente usados sem ser bem percebidos, salvo pelos próprios especialistas. A tomada de consciência das dimensões lingüísticas, formais e, em particular das léxico-terminológicas dos problemas culturais ou sócio-econômicos, torna desejável um grande esforço nesta direção e um desenvolvimento da terminologia” (REY, 1979: 117).*

Ao se reconhecer que, na prática comunicativa, as terminologias permitem uma transferência de conhecimentos e de tecnologias, pode-se também compreender porque ela é importan-

te para o trabalho de redatores técnicos, tradutores, intérpretes, documentalistas, lexicógrafos, terminógrafos, além dos profissionais das áreas científicas e técnicas, bem como dos estudantes universitários. Neste último caso, ter o domínio dos termos da área é condição essencial de aprendizagem. Mas, a terminologia tornou-se também objeto de interesse dos profissionais de comunicação, pois a ciência hoje é objeto de divulgação.

Esses profissionais são os usuários, diretos ou indiretos, da terminologia para os quais, ela funciona como *um conjunto de unidades de comunicação, úteis e práticas, cujo valor se mede em função de critérios de economia, de precisão e de adequação.* (CABRÉ, 1993:37)

Paralelamente as categorias de profissionais, cuja atuação relaciona-se direta ou indiretamente à terminologia, cresce a consciência das funções dos termos especializados em empresas e mesmo nas instituições governamentais. Mais ainda, sedimenta-se a idéia de que é preciso administrar os usos terminológicos. Por exemplo, no Brasil, a EMBRAPA tem um programa de organização terminológica. As palavras, a seguir reproduzidas, são da responsável pelo gerenciamento terminológico da instituição:

*Os países mais industrializados fazem grandes investimentos na pesquisa linguística e no desenvolvimento de base de dados terminológicos porque a precisão na escolha dos termos técnicos e científicos tornou-se uma demonstração de eficiência* (RIBEIRO, 1988:53).

A idéia de eficiência, como resultante do manejo adequado da terminologia de um campo específico, é também reconhecido na indústria. De acordo com a responsável pelo problema da normalização terminológica da FIESP, a padronização da terminologia na indústria visa, entre outros aspectos, a agilizar o processo de informação em toda a empresa. Com a organização e divulgação dos

termos usados na indústria, otimiza-se o processo de comunicação não só no interior das empresas, como para um amplo espectro de sujeitos envolvidos nos processos de produção e de comercialização dos produtos. Diante dessas considerações, afirma:

*A Terminologia, portanto, deve constituir-se em um suporte de informação para todos aqueles que atuam no setor industrial, através da explicação de conceitos da área ou assuntos cobertos pelo mesmo. Destina-se a técnicos, operários, vendedores e outros profissionais de áreas afins (LEAL, 1998 :32).*

Por todas as razões anteriormente apresentadas, o Mercosul, no intuito de alcançar os propósitos pretendidos, deve criar as condições necessárias ao domínio comum das terminologias. Isso compreende a urgência de organizá-las em nossas línguas e de divulgá-las através da produção de instrumentos terminológicos bilíngües.

A necessidade se intensifica diante da quase total inexistência de obras de referência técnico-científicas, elaboradas no português do Brasil e no espanhol dos países da América Latina, línguas que atualmente diferem, em muito, das faladas em Portugal e na Espanha.

Em suma, dotar o Mercosul de instrumentos terminográficos significa, de modo privilegiado, incentivar a tarefa terminográfica, criando efetivas condições para um trabalho voltado à produção de glossários, dicionários técnico-científicos, incluindo, obrigatoriamente a constituição de um Banco de Dados Terminológicos.

Este é um instrumento fundamental que não apenas permite recuperar a informação mais agilmente, como pode ser estruturado em redes com o aproveitamento das novas tecnologias informáticas. Vale lembrar que a União Européia preparou-se para sua unificação. Uma de suas providências foi criar o seu Banco de Dados Terminológicos, o Eurodicautom, cuja sede está em Luxemburgo.

Nas diferentes áreas contempladas pelo Banco, as terminologias são apresentadas com as devidas equivalências em todas as línguas oficiais da União Européia.

Em nosso meio, é preciso compreender que criar as condições para recuperar a informação, significa também facilitar o acesso ao potencial produtivo e científico do Mercosul. Para nós, uma tal iniciativa consiste em absoluta e premente necessidade, constituindo-se mesmo em uma forma de sobrevivência. Vale dizer, ou temos a informação organizada ou, então, as transações tenderão a continuar no sentido preferencial, até agora conhecido, diminuindo as condições de competitividade. Não podemos esquecer, portanto, o papel estratégico dessas providências nestes tempos da chamada economia aberta.

Assim, as ações que visam a facilitar a circulação de mercadorias e a transferência de tecnologias não podem se limitar à realidade lingüística interna do MERCOSUL. Ao contrário, elas devem ser organizadas na perspectiva de um contexto maior.

Desse modo, é preciso atentar para o fato de que se deve implementar uma política para o fortalecimento interno, quanto externo do Mercosul. Se do ponto de vista interno, pensamos na integração dos estados signatários do Tratado de Assunção; do ponto de vista externo, as preocupações devem voltar-se para a efetiva inserção do Mercosul no contexto internacional. Neste caso, é preciso pensar as condições de resposta de todo bloco do Cone Sul, que já é visto como um segmento econômico respeitável.

Com isso, quero salientar a necessidade de reconhecer o papel do inglês, como língua referencial das produções terminográficas. Sem dúvida, é necessário compatibilizar as terminologias. Caso contrário, esses instrumentos não auxiliarão a circulação internacional das mercadorias e das tecnologias e dos conhecimentos aqui produzidos. Assim, um Banco de Dados Terminológicos que, além do português e do espanhol, contemple o inglês como língua veicular em âmbito internacional, será fundamental.

Não vou tratar de outros princípios e formatos da constituição desse banco. No entanto, gostaria de dizer que a realização de um projeto de tal porte é complexa, encontra muitas dificuldades, mas que não são insuperáveis. E já houve um avanço nesse sentido no momento em que se constituiu uma Comissão para esse fim, formada por representantes de todos os países signatários do Tratado de Assunção.

A essa Comissão compete a tarefa de definir a política terminológica para o Mercosul. Tal compromisso implica a necessidade de harmonizar as políticas linguísticas nacionais com a orientação geral para a região. A proposição desse projeto, cujo centro maior é o banco de dados, ocorreu em Buenos Aires em 1994.

Formalmente, a Comissão foi instituída no âmbito da Reunião Especializada em Ciência e Tecnologia, que corresponde a um fórum dos quatro países, objetivando analisar problemas de informação e propor ações para a consolidação do Mercosul. Integram a referida Comissão, representantes dos grupos nacionais de terminologia, a saber: o Uruterm, pelo Uruguai, o Paraterm, pelo Paraguai, o Termar, grupo argentino de terminologia e, pelo Brasil, responde o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), órgão vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia.

Há um grande interesse na consecução dessa árdua tarefa, cujos resultados auxiliarão largamente a comunicação no âmbito do Mercosul. Entretanto, como já mencionei, essa Comissão, apesar de sua dedicação, enfrenta problemas sérios, tanto operacionais, quanto de financiamento para a constituição do Banco de Dados. Ao mesmo tempo, os responsáveis deparam-se com a carência de recursos humanos com experiência no tratamento das terminologias. Este problema é uma realidade, pois os estudos do funcionamento das unidades lexicais terminológicas constitui um campo teórico e metodológico ainda em fase de consolidação, mesmo no panorama internacional.

Em relação a essas dificuldades, pode-se ainda acrescentar que, embora os quatro governos tenham se comprometido a constituir um banco de terminologias para o Mercosul, nada foi efetivamente assumido pelas esferas administrativas maiores. Em realidade, esse projeto só avançará, se houver decisão política conjunta, se houver uma instância única responsável e, quando, lhe forem destinados os devidos recursos financeiros.

Mais ainda, é preciso uma série de ações paralelas e complementares para se criem as condições adequadas a uma eficiente comunicação interna e externa do Mercosul. Neste momento, vou apenas salientar dois aspectos complementares de uma adequada política lingüística para a região.

Em primeiro lugar, é importante pensar na problemática relacionada à importação terminológica e seus efeitos sobre as línguas importadoras. Cabe prever estratégias de preservação de nossos idiomas nacionais.

Hoje, com a globalização, tornou-se comum que a importação de produtos e de tecnologias traga consigo a correspondente importação de suas denominações. Caso semelhante se passa com a assimilação de conhecimentos científicos, atestando a influência que exercem as línguas das sociedades com alto desenvolvimento científico sobre as dos estados importadores.

Tudo isso é favorecido pelas novas tecnologias da informação que disseminam a própria informação em escala internacional e, simultaneamente, aos acontecimentos e às descobertas. Os estrangeirismos que se incorporam às línguas importadoras provocam significativas alterações nos padrões dos sistemas lingüísticos. Fatos dessa natureza acontecem, fortemente, em países desprovidos de políticas de preservação da língua, como os nossos.

No caso da nossa língua, é incontestável a alta presença de estrangeirismos que passaram a coexistir com as palavras do vernáculo português. Como as expressões importadas adaptam-se ao sistema morfossintático das línguas, tornam-se facilmente

assimiláveis. Tal “submissão” acaba constituindo-se em uma forma de “adquirir” legitimidade idiomática. A evidência maior vem da informática, tanto que, com muita naturalidade, *deleta-se*, *atacha-se*, *becapeia-se*.

Como se percebe, confunde-se a apropriação de objetos e procedimentos tecnológicos com a necessidade de emprego do idioma que os veicula. Esta equivocada compreensão, muito comum entre nós, evidencia, por sua vez, o estreito inter-relacionamento entre fenômenos lingüísticos e sistema de valores das sociedades.

Mas, quando a preservação de um idioma integra as estratégias políticas de valorização dos bens culturais, a tradução funciona como importante recurso de reversão dos estrangeirismos.

Contudo, a chegada tardia da tradução tem sido o mais freqüente, mostrando sua impotência em reverter o dizer consagrado. O estrangeirismo já circula, “pegou” e o idioma vernáculo perde terreno, não encontrando mais condições de reversão de usos, muitas vezes, selvagens. É inaceitável, por exemplo, que no Brasil empregue-se, “deletar”, quando o português tem um equivalente adequado no verbo apagar.

Não custa lembrar que, na última reunião da SBPC, ocorrida em Natal houve um tema particular de discussão que mobilizou pesquisadores: a necessidade de uma política lingüística que valorize e busque mecanismos de preservação da língua portuguesa falada no Brasil.

Daí o papel de políticas – da e para – a língua, de modo a levar à aceitação de uma norma e de um padrão lingüísticos considerados aceitáveis. É incontestável que a norma, ao manter a tensão entre o novo e o mesmo, atua como importante fator de conservação dos idiomas. Não se trata de imposição, mas de valorização oficial de um comportamento lingüístico.

Ao mesmo tempo, criar mecanismos para favorecer o uso padronizado das terminologias, é igualmente desejável, mesmo



sendo uma tarefa bastante complexa. Isso não significa negar as variações terminológicas, mas favorecer as condições de escolha lingüística adequada a cada situação de comunicação.

O segundo ponto, relativo às ações complementares da adoção de uma política lingüística para o Mercosul, diz respeito à contribuição das universidades, no que se refere à formação de recursos humanos qualificados em áreas estratégicas para a consolidação da região, bem como à produção do conhecimento, realizada por grupos de pesquisa.

Como vou limitar-me ao que diz respeito à terminologia teórica e aplicada, gostaria de citar, por exemplo, a área dos estudos lexicológicos, neológicos, bem como os de orientação sócio-lingüística, compreendendo a variação lingüística. Incluem-se aí as teorias de tradução e a área de aquisição de linguagem, em especial naquilo que trata da aquisição de segunda língua.

Muito sumariamente, destaquei áreas das pesquisas lingüísticas que podem dar importantes contribuições à constituição de instrumentos terminológicos, de cuja carência se ressentem a sociedade do Cone Sul. Os resultados desses estudos poderão orientar, metodologicamente, a terminografia de que tanto necessita o Mercosul.

Do ponto de vista de recursos humanos, é preciso lembrar da necessidade de formar tradutores técnicos, posto que a tradução técnica representa 70% da demanda tradutória na América Latina.

Considerando ainda que os tradutores são grandes usuários das terminologias, sua formação deve obrigatoriamente incluir conhecimentos básicos dessa disciplina auxiliar, mas fundamental na construção da competência teórica e prática nessa área. Tal competência, aliada ao domínio de programas informatizados, que funcionam como instrumentos auxiliares da tradução, permitirão o preparo de profissionais melhor capacitados para responder às exigências do mercado de trabalho.

Mas, gostaria ainda de acrescentar que devemos pensar, se não em uma carreira, ao menos na abertura de uma terminalidade em terminologia em nossos cursos de Letras. Isso existe em países, onde se consolidou o reconhecimento da funcionalidade da terminologia. Em nosso meio, uma habilitação nessa área, sem dúvida, representaria, a ampliação de perspectivas, a abertura de um novo mercado de trabalho para os estudantes de Letras.

Para finalizar, quero reafirmar que toda e qualquer política de valorização das terminologias deve fundamentar-se em dois princípios maiores, quais sejam:

- o de que o português e o espanhol devem cumprir em perfeita coexistência, o papel de línguas oficiais do Mercosul. Não podemos esquecer que a língua sustenta as relações intersubjetivas, instrumento de base do intercâmbio cooperativo e harmonioso que, conjuntamente, deve ser mantido e incrementado no Mercosul;
- o segundo é o de que a organização e divulgação de nossas terminologias, mesmo com os empréstimos e os neologismos a que estão afetas, consiste em uma forma de revelar o potencial econômico, científico e cultural não só de nossos países, como da nova conjuntura.

Cabe, dessa forma, compreender que a questão da língua é um ponto crucial de identidade cultural e de valores de uma sociedade. Neste contexto, e considerando-se uma analogia adequada, cito Eduardo Guimarães e Eni Orlandi:

*Os diferentes processos que estabelecem diferentes concepções de sociedade, têm como constitutivas formas de configuração da língua nacional (GUIMARÃES & ORLANDI, 1996: 14).*

Dessa forma, não é exagero afirmar que a soberania dessa nossa grande fronteira que reúne quatro países está, em muito, relacionada às estratégias de valorização de seus produtos tecnológicos e culturais. E, sem dúvida, a língua especializada é hoje, simultaneamente, instrumento de tecnologia e cultura.

Com essa imprescindível compreensão e com a devida valorização das formas de expressão de cada país signatário do tratado de Assunção, pode-se fortalecer a constituição de espaços internos de convivência e de produtivo intercâmbio no Mercosul. Assim também essa estrutura supra-regional poderá dispor dos instrumentos adequados para efetivar a comunicação internacional, consolidando sua posição no cenário mundial.

Ao mostrar os diferentes papéis que cumprem as terminologias técnico-científicas nos contextos de integração, procurei destacar a funcionalidade de seu domínio comum para realidade cultural, econômica e política desta conjuntura do Cone Sul.

Mas, quero complementar esse quadro funcional, lembrando ainda que criar novas palavras e expressões é condição inerente à vida e ao dinamismo dos sistemas lingüísticos. É nesse sentido que o léxico, por desempenhar o papel maior de dar nome às criações e às concepções do homem e ainda por expressar a diversidade dos falares, de diferentes regiões, de diferentes épocas, e ainda incorporando expressões de outros idiomas, torna-se o oxigênio das línguas.

Chego ao fim desta exposição, salientando ainda o profundo sentido do componente lexical para o homem e para a ciência. E, sob a forma de homenagem a uma jovem e talentosa pesquisadora de terminologia, prematuramente desaparecida, retomo o parágrafo final de sua Dissertação de Mestrado:

*Para concluir, não podemos deixar de mencionar o fascínio que a ciência desde sempre exerceu sobre o homem. O ato de "fazer ciência" pressupõe o ato*

*de “falar ciência”, “ler ciência”, adentrar um mundo que tem um código e precisa ser dominado, se quisermos nos apropriar do conhecimento. Na verdade, não existe ciência encerrada em si mesma, sem formas próprias de expressão. É necessário, então, comunicar ciência. E, mais uma vez, a língua, sob um figurino especializado, é a protagonista que desempenha o papel de ajudar a escrever a ciência. Explica-se, assim, também, o papel das terminologias na expressão dos saberes humanos (FONTES BORGES, 1998:142).*

### Referências bibliográficas

- CABRÉ, Maria Teresa. *La terminología: teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona, Editorial Antártida, Empúries, 1993.
- FEREIRA, Aurélio Buarque de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova fronteira, 1985.
- FONTES BORGES, Marlise. *Dissertação de Mestrado*. Mimeo.UFRGS, 1988.
- GUIMARÃES, Eduardo & ORLANDI, Eni. In: Eduardo Guimarães & Eni Puccineli Orlandi (orgs.) *Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas, Pontes, 1996. (História das idéias lingüísticas).
- LEAL, Joice Joppert. *Empresas e Indústrias, Terminologia na Indústria. Terminômetro, Terminologia no Brasil*, Paris, n. especial (3), 1988.
- REY, Alain. *La terminologie: noms et notions*. Paris, PUF, 1979.
- RESENDE, Otto Lara. *A graça feminina de voar. Ícaro*, n.155, p.6, 1997.
- RIBEIRO, Rosa Maria Alcebíades. *Panorama da Terminologia na Embrapa e estado de desenvolvimento das atividades de normalização neológica. Terminômetro, Terminologia no Brasil*, Paris, n. especial (3), 1988.

RONDEAU, Guy. *Introduction à la terminologie*. 2.ed. Québec, Gaëtan Morin, 1984.

SAGER, Juan C. *Curso práctico sobre el procesamiento de la terminología*. Fundación German Sánchez Ruiperez. Madrid, Pirâmide, 1993.

SAGER, Juan C. Prólogo. La terminología, puente entre varios mundos. In: Cabré, Maria Teresa. *La terminología: teoria, metodologia, aplicaciones*. Barcelona, Editorial Antártida, Empúries, 1993.

**SIMPÓSIO**  
**A QUESTÃO LINGÜÍSTICA NO MERCOSUL**

**ACORDOS COMERCIAIS SÃO BENÉFICOS PARA AS LÍNGUAS?**

*Odete Pereira da Silva Menon*  
(UFPR/AUGM)

**POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS EN EL URUGUAY: ESTÁNDARES VS.  
DIALECTOS EN LA REGIÓN FRONTERIZA  
URUGUAYO-BRASILEÑA**

*Graciela Barrios*  
Universidad de la República, Montevideo

**LA ARGENTINA Y LAS POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS DE FIN DE SIGLO**

*Lia Varela*  
Universidad de Buenos Aires/Université de Provence





## ACORDOS COMERCIAIS SÃO BENÉFICOS PARA AS LÍNGUAS?

*Odete Pereira da Silva Menon*  
(UFPR/AUGM)

Afirmar, hoje, que a língua é reflexo da sociedade que a utiliza pode parecer um truísmo para os lingüistas. No entanto, no que concerne às questões de *política lingüística*, o fato merece algumas considerações, uma vez que pouco, ou quase nada, se tem discutido a respeito no nosso país. O que vem desencadeando diretrizes nesse sentido foi a assinatura do tratado econômico envolvendo quatro países meridionais da América do Sul: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai passaram a integrar o chamado bloco MERCOSUL.

Esse acordo econômico, criado à semelhança de outros blocos de livre comércio, como a Comunidade Européia, sobretudo, mas também o NAFTA, envolvendo os países da América do Norte, tendo na base, como objetivo maior, um desenvolvimento econômico integrado, com parceiros privilegiados e queda de barreiras alfandegárias, provocou uma série de reações nas sociedades envolvidas, que viram aí a oportunidade de expansão não só comercial, mas também de bens culturais — entre eles, a *língua*, (melhor seria acrescentar aí um plural) ...

A abertura de um novo mercado abre perspectivas de geração de empregos e aproveitamento de mão-de-obra, de fundamental importância para a economia dos países envolvidos e, nesse sentido, o Mercosul não foi constituiu exceção. Um dos primeiros setores a se sensibilizar com a nova situação foi, sem qualquer sombra de dúvida, o comércio, sobretudo de produtos alimentícios; afinal, a região constitutiva do Mercosul é um celeiro agrícola mundial.

Como os acordos previam o reconhecimento mútuo de português e espanhol como línguas oficiais do bloco econômico, consti-



tuiu-se uma forte demanda de profissionais da tradução para atuar na indústria e no comércio, para a confecção de rótulos e instruções<sup>1</sup>, bulas e manuais. Para dar conta dessa necessidade, era necessário que soluções fossem encontradas: surgiram inúmeros cursos de espanhol e português, alguns deles sem qualquer estrutura; universidades e faculdades passaram a oferecer cursos de complementação de licenciaturas para fazer face à procura desses profissionais.

As possibilidades de consumo dessa nova fronteira, junto com a abertura do comércio para as importações, gerou uma possibilida-

---

<sup>1</sup> Esse é um campo de atividade de política lingüística em que os lingüistas precisam atuar mais e eficazmente; além disso, tratando-se de um novo mercado de trabalho para os nossos egressos dos cursos de Letras, seria um tema para constituir até mesmo uma disciplina específica. Com a entrada de muitos produtos importados, a partir do fim dos anos oitenta, aprovou-se legislação em defesa do consumidor. Um dos itens da lei consiste na obrigatoriedade de o produto ter texto explicativo em português. No caso de este não vir impresso diretamente na embalagem, o importador deve se responsabilizar pela colocação (ou pela exigência junto ao fabricante) de etiqueta contendo as instruções de uso ou descrição do produto em português. No entanto, há muita displicência e, ao que tudo indica, pouquíssima fiscalização nessa área. Há instruções ininteligíveis e há outras que induzem a enganos, por se tratar de traduções e interpretações ou conversões de unidades de medidas equivocadas. Um exemplo disso é o que consta da etiqueta de um bolo congelado, produzido por Sara Lee Bakery (importado e distribuído por Schwan's Ltda.): o nome do produto, em inglês, é *Pecan Coffee Cake*; a tradução dá como título *Bolo de Café com Recheio de Nozes*. Na versão portuguesa, o bolo passa a ser *de café*, ingrediente que não entra na composição do produto; além disso, ele não é recheado e nem com nozes: trata-se de um tipo de rosca, de massa semelhante aos nossos *cuques/cucas* sulinos, levando por cima *nozes pecan* e um glacê de açúcar. Não bastasse essa informação enganosa, as instruções de aquecimento do produto mandam pré-aquecer o forno à temperatura de **400° C** e, depois, assar por 14-15 minutos na mesma temperatura. Ora, nenhum forno de uso doméstico, no Brasil, chega a aquecer tanto; os termostatos registram, em geral, no máximo, 300°C. No entanto, aquela temperatura foi o resultado de algum cálculo equivocado na conversão dos **350° F** da instrução original ... (o que daria algo em torno de 150°C). Como resultado, o consumidor poderia inclusive perder o produto, esturricado, se programasse o forno na medida máxima.

de de expansão de mercado dos produtos alimentícios e industriais dos industriais europeus, cujo mercado, apesar de grande, tem limitações de consumo que impedem, de alguma forma, sua expansão interna. A “sensibilidade” dos industriais com relação às reações do público consumidor, já posta à prova na Comunidade Européia, faz incluir, nas instruções das embalagens, textos diferentes para países que têm, *teoricamente*, a *mesma* língua: é o caso de Brasil e Portugal; Espanha e os países latino-americanos hispano-falantes; Inglaterra e outros países anglo-falantes, França e países da francofonia ...

Vejamos alguns exemplos dessa aplicação comercial: o primeiro consta de texto explicativo de um prato congelado pronto, da marca D’Aucy, de fabricação francesa, com o nome *Poêlée Asiatique*, que poderíamos traduzir, ao pé da letra, como Frigideirada Asiática. Seguem abaixo os textos destinados a Portugal e Brasil, respectivamente:<sup>2</sup>

<p><b>(P) Fritada Asiática</b> CONGELADA</p> <p><i>Ingredientes</i> Abóboras juliana, cenouras juliana, pimentões-doces amarelos cortados em filetes, germes de soja, cogumelos pretos cortados em fatias delgadas (em proporções variáveis).</p> <p><i>Preparação</i> Aquecer uma colher de sopa de azeite. Verter a mistura ainda congelada logo que o óleo está bem quente. Manter o lume intenso durante a cocção, isto é aproximadamente 10 minutos. Condimentar a fritada com sal, pimenta, mas também conforme o seu gosto, com especiarias (pimentos, cominho, molho de soja, nuoc nam ...). Misturar o conjunto e servir quentinho com omeleta, ovos fritos, carne salteada ou assada ...</p>	<p><b>(BR) Poelee Asiatique<sup>3</sup></b> SUPERGELADA</p> <p><i>Ingredientes</i> Abobrinhas em palitos, cenouras em palitos, pimentão amarelo em palitos, brotos de soja, cogumelos pretos fatiados.</p> <p><i>Preparação</i> Colocar uma colher de sopa de óleo numa frigideira. Assim que estiver quente, colocar os legumes congelados e refogar em fogo alto durante uns 10 minutos. Temperar com sal, pimenta do reino e com especiarias do seu gosto (molho de soja, cominho, etc. ...). Misturar bem, servir quente acompanhado de omelete, ovo frito, carne assada, etc. ...</p>
--	--

<sup>2</sup> Na embalagem, o país vem indicado por uma ou mais letras, rodeado de uma elipse.

<sup>3</sup> Reproduzo fielmente a grafia constante da embalagem.

Alguns comentários sobre a versão para o Brasil: apesar de uma certa adaptação, restam ainda alguns termos que evidenciam que o responsável por sua composição não é falante nativo do português do Brasil e também não tem muita familiaridade com ele: numa receita brasileira, as abobrinhas, cenouras e pimentões seriam em *tirinhas*, não em *palitos*; nós temperamos com *temperos a gosto*, não com *especiarias do seu gosto* ...

Como podemos observar, há diferenças nas duas variedades, o que poderia levar uma dona de casa a não comprar o produto, no caso de haver um texto incompreensível: a expressão *abóboras juliana* poderia ser interpretada como uma variedade de abóbora; a denominação *germes de soja* soaria estranha; a frase *manter o lume intenso durante a cocção* não seria facilmente decodificada, assim como *nuoc nam*, molho da culinária vietnamita, bastante comum na Europa mas menos no Brasil, sem falar na estranheza que provocaria *omeleta* ou *carne salteada*...

O segundo exemplo vem, também, de um produto congelado, a salada Sombrero, da marca Bonduelle, destinada aos mercados português, espanhol, brasileiro e argentino. Na lista de ingredientes, tanto para o espanhol como para o português, as denominações são dadas tanto para a variedade europeia como para a americana:

<p><b>Ingredientes:</b> Maíz en granos/ choclo, apio en dados, judías rojas/ porotos rojos, guisantes/ arvejas, zanahorias en dados, judías verdes troceadas/ chauchas cortadas, pimiento verde y rojo en trozos.</p>	<p><b>Ingredientes:</b> Milho doce em grão 24% aprox., feijão vermelho<sup>4</sup> 12% aprox., aipo em cubos 9% aprox., ervilhas 9% aprox., cenouras em cubos 9% aprox., feijão verde redondo fino cortado/vagem fina cortada 9% aprox., pimentão verde e vermelho cortado 8% aprox.</p>
---	--

<sup>4</sup> O *feijão vermelho*, aí citado, corresponde ao nosso *feijão cavalo*, grande e longo, especial para saladas; assim como é estranha a denominação *vagem fina*, visto que no Brasil não é cultivada essa variedade, que tem um diâmetro em torno de meio centímetro.

Temos aí a prova de que, quando interessam monetariamente, as questões de língua se desenvolvem e são resolvidas mais praticamente do que toda a discussão acadêmica que se tenha sobre o assunto. As diferenças dialetais não constituem empecilho para a venda de produtos; pelo contrário, presentes nos rótulos e embalagens, transmitem uma confiança ao comprador que, sem a barreira da língua, consome mais e gera mais lucros ao produtor.

Assim, vemos que, de um lado, o comércio impulsionou não só a área de ensino, como a discussão a respeito do ensino das duas línguas como línguas estrangeiras, visto que ambas não tinham essa tradição consolidada, ao menos nos países do Mercosul. Como consequência dessa última, vimos proliferar a edição de manuais de ensino de ambas as línguas, sobretudo por parte de editoras européias, interessadas no rico filão que se abriu.

Porém, apesar das deficiências, os países do Mercosul se mobilizaram e realizaram uma série de eventos, tomando medidas para não só consolidar o acordo, mas para dar conta da demanda na área lingüística. Já em novembro de 1993, realizava-se o *Seminário Educação sem Fronteiras*, na cidade de Foz do Iguaçu, onde, entre outras coisas, discutiu-se a questão da preparação de professores e de materiais para ensino das duas línguas, visto que, da parte da Argentina, já houvera a supressão de ensino de francês e de italiano, substituídos pelo português, sem que houvesse professores habilitados (cabia aos professores daquelas línguas se adaptarem e fazerem estudos complementares para ensinar português ...). Levantou-se, ainda o problema das equivalências de títulos e diplomas (havia a questão dos diplomas dos estudantes-convênio). Desse seminário surgiu um grupo de pessoas, ligadas, de um lado, às secretarias de educação dos estados do Paraná (do grupo do CELEM), de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso do Sul, e, de outro a algumas universidades desses estados, que se reuniram em Curitiba, em 1994 para dar continuidade às discussões levantadas no *Seminário*. Infelizmente, por motivos

de financiamento, as reuniões subseqüentes, que se alternariam nos estados, acabaram por não se realizar ou cada instituição continuou, como pôde o trabalho incipiente que vinha realizando ou pretendia levar a cabo.

Uma das grandes questões que se levantou já no *Seminário* era a discussão sobre que norma adotar para o ensino das línguas espanhola e portuguesa, e, ligado a esse, o problema de que diploma reconhecer como válido para proficiência ou para o ensino nas duas línguas (à semelhança dos exames de Cambridge, para o inglês, ou o Nancy, para o francês, ou o do Instituto Goethe, para o alemão). Para tentar dar conta desses dois impasses, esta expositora fez gestões junto à sua universidade para organizar um encontro, no âmbito da AUGM — Associação de Universidades do Grupo Montevideu —, criada em 1991 e constituída de treze universidades: as Universidades Nacionais del Litoral, de Entre Ríos, de Rosario, de Córdoba, de la Plata e a Universidad de Buenos Aires (Argentina); as Universidades Federais de São Carlos, do Paraná, de Santa Catarina, de Santa Maria e do Rio Grande do Sul (Brasil); a Universidad Nacional de Asunción (Paraguai) e a Universidad de la República (Uruguai).

O encontro solicitado efetivou-se em outubro de 1995, na UFPR, em Curitiba, organizado pelo Núcleo Educação para a Integração, da AUGM. Uma das temáticas era a criação de um núcleo de Política Lingüística, que seria o fórum específico para os questionamentos pertinentes às questões lingüísticas, que não eram discutidas no âmbito do núcleo, a não ser sob a forma de equivalências entre currículos. Foram convidados os representantes dos núcleos e, como era de esperar, como tais representantes fossem dos setores de educação, não se aprovou a criação de um núcleo específico. Em vez disso, propôs-se a criação de dois Grupos de Trabalho, o de Política Lingüística e o de Ensino de Português e Espanhol como Línguas Estrangeiras, subordinados ao Núcleo existente, com o compromisso, da parte dos representan-

tes, de apoiarem as iniciativas dos GTs., assim como financiar os encontros de trabalho. Como sói acontecer, houve um primeiro encontro financiado, a duras penas, realizado em Montevidéu, em maio de 1997, onde se pôde avaliar a situação, a partir de relatos dos coordenadores dos GTs., e onde foram propostas estratégias e calendário para reuniões regulares, ao menos uma por ano, para se dar desenvolvimento a projetos comuns.

Tendo sido bastante proveitosos os questionamentos levantados no encontro, decidiu-se que, no congresso internacional de política lingüística que seria realizado na Universidade de Buenos Aires, em novembro daquele mesmo ano, os representantes dos GTs. de Política Lingüística se reunissem com comunicações a respeito da inclusão do item *língua falada em casa* nos Censos Demográficos a serem realizados pelos países do Mercosul, a fim de que se possa avaliar o real estado e número das línguas faladas nesses países, por grupos indígenas e por populações descendentes de imigrantes. Infelizmente, uma vez mais o aspecto financiamento deixou a desejar e não foi possível a todos os representantes dos GTs. se fazerem presentes nas discussões.

Um avanço já efetuado no âmbito lingüístico, o da instituição do Exame Nacional de Língua Portuguesa, já se concretizou no Brasil, com a aprovação do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa, a partir de um projeto de que participaram membros dos dois GTs. da AUGM. Esse certificado passou a ser aplicado oficialmente, no Brasil, por algumas universidades federais, a partir do ano passado.

Apesar dos entraves e de uma estagnação da AUGM, por razões em parte derivadas da falta de financiamento, os membros dos GTs. continuam suas atividades e tem se comunicado esporadicamente, trocando experiências e desilusões.

A nossa experiência, enquanto grupo, evidenciou uma vez mais que não é a língua que constitui barreira ou entrave para a comunicação, mas sim, a falta de financiamento e de interesse em

bancar a discussão lingüística, que não seja aquela que traga divisas, sob a forma de lucros em publicações ou de cursos nem sempre idôneos. Prova disso é o investimento que foi feito, por redes de televisão, para implantação de programas comuns, em português ou em espanhol, como os da Xuxa ou, atualmente, do seriado Chiquititas, ou ainda do investimento que as gravadoras têm feito para a produção de discos em espanhol, a fim de atingir um público e vendas maiores.

A língua pode, segundo soprem os ventos da situação econômica ou política, constituir barreira ou ponte. Na discussão acadêmica, temos muito para constituir uma ponte: nossos problemas lingüísticos, apesar de diferentes aspectos, têm muita coisa em comum — todos temos grupamentos indígenas que podem pôr a perder um vasto patrimônio cultural a partir do abandono da língua ou da sua perda; temos núcleos de descendência de imigrantes que contribuíram para a formação dos nossos países, com sua língua e cultura, material e espiritual. Temos, sobretudo, a compartilhar a falta: falta de estudos descritivos sobre nossas variedades de língua (tanto do português e do espanhol; tanto regionais como sociais); falta de reflexão sobre a importância das nossas línguas no cenário internacional; falta de desenvolver materiais para ensino dessas duas línguas; falta de discussão de políticas lingüísticas para a região (e incluem-se aí todas as questões sobre ensino de língua oficial (= alfabetização), que nem sempre coincide com a língua materna da criança ...).

Também, temos projetos — individuais ou de grupos — que podem promover a ponte: a partir dos resultados obtidos, podemos complementar a descrição das nossas línguas transplantadas e mostrá-las como normas de real direito, representativas das comunidades que as utilizam. Podemos nos beneficiar mutuamente das pesquisas desenvolvidas em nossos países, em qualquer setor do conhecimento humano, desde que haja comunicação e boa vontade de parte a outra. Se isto não acontecer, como presenciamos

em Las Palmas de Gran Canaria, na última reunião da ALFAL – Associação de Lingüística e Filologia da América Latina, a barreira vai se instalar facilmente: dois episódios motivaram o depoimento do prof. Ataliba Castilho, que levantou o problema de só brasileiros assistirem às comunicações de brasileiros (o que, portanto, não justificava os brasileiros participarem de um evento fora do país, para o qual se tinha muita dificuldade de financiamento), tendo os hispanofalantes demonstrado desinteresse em questões de língua portuguesa, além do fato de, ao se distribuir rascunho do texto que seria discutido na Assembléia Geral, somente em espanhol, não se obedeceu ao princípio de que as línguas oficiais da ALFAL eram português e espanhol.

Dessa forma, temos que procurar caminhos para nos beneficiarmos do clima propício instaurado pelos acordos comerciais, em proveito da discussão de problemas lingüísticos comuns ou semelhantes, para tornarmos concreta a ponte virtual que se desenhava. Urge fazer isso: nem chegamos a denominadores comuns intra-Mercosul e já se discute, no plano político-econômico, a integração Mercosul-Chile-União Européia ...







## **POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS EN EL URUGUAY: ESTÁNDARES VS. DIALECTOS EN LA REGIÓN FRONTERIZA URUGUAYO-BRASILEÑA**

*Graciela Barrios*

Universidad de la República, Montevideo

En esta comunicación me refiero al impacto que las políticas lingüísticas Estatales han tenido y pueden seguir teniendo (sobre todo luego de la implementación del Tratado del MERCOSUR), sobre las distintas variedades que integran el repertorio lingüístico de las comunidades uruguayas fronterizas con el Brasil.

### **La política lingüística tradicional del Estado uruguayo: conformación del repertorio lingüístico de las comunidades fronterizas**

La política lingüística del Estado uruguayo ha asumido tradicionalmente un carácter homogeneizador, descartando cualquier opción que tendiese a reconocer la heterogeneidad lingüística que de hecho existía en buena parte del país. Imponiéndose sobre las hablas portuguesas de los departamentos norteños fronterizos con el Brasil, y sobre el mosaico de lenguas migratorias en el sur del país, el español fue propuesto desde 1877 (con la «Ley de Educación Común») como la lengua de la enseñanza en todo el territorio nacional.

La Ley se aplicó sin tener en cuenta la diversidad sociolingüística sobre la que actuaría, razón por la cual los resultados a que se llegó fueron diversos. En el sur del país, los distintos grupos migratorios allí residentes abandonaron paulatinamente sus lenguas en favor del español, favorecido este hecho porque a partir de 1960 cesó prácticamente todo flujo migratorio. En los departamentos norteños, el avance del español

transformó la sociedad fronteriza de monolingüe portuguesa en bilingüe hispano-portuguesa (Behares, 1984a).

Para entender la situación sociolingüística de las comunidades fronterizas debemos tener presente cómo está constituido su repertorio lingüístico: qué variedades lo integran, qué funcionalidad tienen esas variedades, y cuáles son las actitudes y representaciones lingüísticas que se generan en torno a ellas en el seno de la comunidad. En el proceso de cambio de lengua que involucra a estas comunidades, particular atención merecen las variedades estándares que integran su repertorio, y su relación con las variedades dialectales.

Entendemos por *repertorio lingüístico* de una comunidad la totalidad de recursos lingüísticos de que disponen los miembros que la integran, para actuar en interacciones socialmente significativas (Gal, 1987). Las variedades del repertorio se definen básicamente por las funciones que cumplen, y por sus connotaciones simbólicas. Un problema preliminar que surge para caracterizar un repertorio lingüístico, tiene que ver con la delimitación misma de las variedades. Desde un punto de vista estrictamente lingüístico, éstas no se presentan como unidades discretas, sino como un continuo. De hecho, su reconocimiento y la diferenciación se vincula con factores de índole socio-cultural, y no lingüística.

Sin embargo, hay un tipo de variedad relativamente fácil de reconocer: la lengua estándar. Se trata de la variedad codificada de una lengua, que goza del prestigio social que le confiere su tradición literaria, la posesión de un código escrito, y su uso y adquisición en ámbitos educativos. Su minuciosa codificación facilita la discriminación de los rasgos que la conforman: sólo aquéllos que están contemplados en las gramáticas y diccionarios normativos, se reconocen como pertenecientes a la lengua estándar; de lo contrario se catalogan como «incorrectos» (es decir, propios de las variedades no estándares, «vulgares», «populares», etc.). También la función de la lengua estándar está claramente delimitada,

identificándosela con los ámbitos y estilos más formales y prestigiosos dentro de la comunidad. La estandarización lingüística es un proceso estrechamente vinculado con el desarrollo de las sociedades urbanas, que necesitan justamente una variedad codificada, «intelectualizada» y relativamente estable, para dar cuenta de las variadas y complejas situaciones comunicativas propias de las sociedades modernas (Garvin y Mathiot, 1974).

Si bien muchos autores usan indistintamente los conceptos de lengua estándar y variedad estándar, resulta útil la distinción que establece Ammon (1987) entre uno y otro conceptos. Según este autor, una *lengua estándar* es aquella que contiene una o más *variedades estándares* (es decir, codificadas, propias de la educación y de la escritura, etc.), además de varios *dialectos* (variedades no estándares). Una lengua que no contiene ninguna variedad estándar es una *lengua no estándar o vernacular*.

Considerando la situación sociolingüística de la frontera uruguaya con el Brasil, podemos establecer que el repertorio lingüístico de estas comunidades tiene las siguientes características:

- a. Está constituido por dos lenguas estándares: español y portugués.
- b. Cada una de estas lenguas estándares está conformada a su vez por una variedad estándar (español estándar rioplatense y portugués estándar brasileño) y distintas variedades dialectales. Las dos lenguas estándares aparecen (en distinta medida, y con las acotaciones que haré más adelante), con posibilidades de variación estilística y socio-dialectal.
- c. Las dos lenguas estándares entran en contacto a través de sus variedades dialectales, que constituyen de por sí variedades de contacto, conocidas popularmente con el nombre de “portuñol”, y técnicamente como DPU (dialectos portugueses del Uruguay) (Elizaincín *et al.*, 1987).

- d. Las variedades estándares del español y del portugués, se constituyen en los polos de un continuo en el que se ubican las variedades dialectales, más o menos aportuguesadas o españolizadas.
- e. Las variedades subestándares son *heterónomas* (dependientes) con respecto a una y otra lengua estándar, que a su vez son *autónomas* entre sí (Chambers y Trudgill, 1994). Por esta razón, los hablantes de frontera tienden a dicotomizar el continuo lingüístico en «español» y «brasileño», asignando a cada una de estas variedades significados y funciones particulares, en tanto constructos y referentes socio-culturales diferentes.
- f. Aunque desde un punto de vista estrictamente lingüístico, y debido a su avanzado estado de mezcla, los DPU resultan de difícil asignación a una u otra de las lenguas en contacto (Elizaincín *et al.*, 1987; Barrios y Gabbiani, 1998), los hablantes de la frontera los identifican predominantemente con el portugués («brasileño»), reconociéndoles su origen lusitano<sup>1</sup>.
- g. La exposición de los hablantes fronterizos al español estándar es mucho más fuerte que la exposición al portugués estándar, por ser aquél la lengua de la educación. El portugués estándar ocupa un lugar más acotado dentro del repertorio de estas comunidades, sobre todo a nivel de producción. Los habitantes de la frontera están expuestos a esta variedad a través de los medios de comunicación brasileños (prensa oral y escrita) y del *entorno lingüístico* (Calvet, 1997): carteles publicitarios, textos de envases de diversos productos, señalización vial en las ciudades gemelas brasileñas, etc.

---

<sup>1</sup> Como indica un informante de la localidad fronteriza de Minas de Corrales, «Yo hablo los dos idiomas: uruguayo y brasileño. Me gusta más el brasileño. En la escuela no me dejan hablar brasileño. En el recreo sí. Yo falo mistura» (éstas y otras opiniones que se reproducen son tomadas de Barrios y Gabbiani, 1998).

Los Estados modernos suelen impulsar el conocimiento de los estándares para colaborar en la construcción de las identidades nacionales, y como un instrumento de prestigio y poder. Como los estándares son el resultado de políticas lingüísticas que los promueven en los ámbitos más prestigiosos, las variedades no estándares quedan relegadas a los usos más informales y familiares. Funcionalmente diferenciados, ambos tipos de variedades tienden a distribuirse funcionalmente en matrices diglósicas, en que el estándar funciona como la *lengua A*, y los dialectos como la *lengua B* (Ferguson, 1959).

Como resultado de la planificación lingüística llevada adelante por el Estado uruguayo, la zona de frontera se ha caracterizado tradicionalmente como diglósica (Elizaincín, 1973), siendo el español la lengua A, y los DPU la lengua B. La variedad estándar del español se superpuso a variedades no estándares del portugués.

Para las comunidades uruguayas hispano-hablantes, la planificación lingüística estatal implicó la adición de registros de una misma lengua. Para las comunidades luso-hablantes fronterizas, la imposición del español significó la conformación de comunidades bilingües diglósicas, porque el estándar propuesto no coincidía con la lengua a la que históricamente se adscribían las variedades dialectales. Aunque la imposición de los estándares siempre crea algún tipo de conflicto y de inseguridad lingüística entre los hablantes de las variedades no estándares, esta situación se acentúa cuando el estándar es, como en el caso que nos concierne, el de una lengua diferente. En las situaciones de monolingüismo, una misma lengua cumple con las funciones A y B a través de sus distintas variedades; en las situaciones de bilingüismo, cada lengua habilita una determinada variedad para una determinada función.

La situación de bilingüismo y diglosia en la frontera ha demostrado ser, en verdad, bastante más compleja que lo que aquí se describe. Behares (1984b; 228) distingue dos matrices de bilingüismo fronterizo: una matriz correspondiente a las clases bajas,

«caracterizada por la presencia de un dialecto del portugués como lengua primaria y el español estándar como lengua superpuesta», y una matriz correspondiente a las clases medias y altas, «caracterizada por el español como primera lengua y el portugués como lengua secundaria». Según Behares, a diferencia de lo que ocurre con las variedades de tipo A, el español no es necesariamente la variedad superpuesta para todos los niños de la frontera<sup>2</sup>.

En las sociedades bilingües y diglósicas cada lengua se especializa en una determinada función, con el correlato de que ninguna de ellas llega a expandir todas sus posibilidades estilísticas: la lengua A resulta poco apta para las interacciones informales, y la lengua B para las interacciones formales. Sin embargo, en algunas sociedades la expansión de la lengua A hace que ésta tenga también hablantes nativos, compitiendo con la lengua B en los ámbitos familiares. Es lo que ocurre actualmente en Italia: el italiano no es en para muchos italianos sólo la lengua literaria, sino también la lengua del hogar, junto al dialecto<sup>3</sup>. Esta situación parece ser también la de la frontera, por lo menos para el segundo grupo de hablantes que señala Behares (1984b), y es típica de situaciones poco estables, en que el esquema diglósico se va reacomodando a medida que avanza el proceso de cambio de lengua. Variedades no estándares del español están, pues, también presentes en el repertorio lingüístico de las comunidades de frontera (Elizaincín y Barrios, 1989).

De todos modos, aunque desde el punto de vista funcional existan divergencias con el concepto tradicional de diglosia, desde un punto de vista actitudinal el comportamiento de los hablantes de la frontera es bastante homogéneo, en cuanto a valoración y

---

<sup>2</sup> Behares señala que también, a diferencia de las situaciones diglósicas descritas por Ferguson (1959), en que las dos variedades involucradas mantienen su autonomía, en el caso de la frontera la influencia del español sobre los DPU es avasallante.

<sup>3</sup> Berruto (1998) propone el nombre de *dilalia*, para diferenciar esta situación de la tradicional diglosia.

discriminación funcional de las variedades involucradas (Barrios, 1996). De este modo, la sociedad fronteriza se conforma como una comunidad lingüística en el sentido de Labov (1972): no tanto por un acuerdo real en el uso del lenguaje, sino básicamente por el conocimiento que los hablantes tienen de las normas de uso del lenguaje, para la comunidad en cuestión.

Otro aspecto a tener en cuenta para caracterizar sociolingüísticamente una comunidad, es la eventual presencia de más de un estándar en su repertorio lingüístico. Ajustándose a los parámetros de funcionamiento social que imponen las sociedades modernas, los hablantes dialectales buscan un estándar con el que medir y evaluar sus propios dialectos (Chambers y Trudgill, 1994); sus hablas tienden a ser heterónomas de la variedad estándar elegida o impuesta. La creciente españolización de los DPU es un ejemplo de ello, en la medida en que la función de *marco de referencia* (Garvin y Mathiot 1974) ha sido cumplida sobre todo por el español estándar.

Sin embargo, en este caso el estándar históricamente vinculado con los dialectos no ha estado totalmente ausente de la comunidad. La cercana (aunque acotada) presencia del portugués es un aspecto nada desdeñable, que puede haber contribuido a enlentecer el proceso asimilatorio. Para el futuro de los DPU, no es lo mismo que sus hablantes lo sigan reconociendo como «portugués» o «brasileño» mezclado con español, o que lo identifiquen como una variedad de español «mal hablada». La presencia del portugués estándar en el repertorio lingüístico de la comunidad, amerita un espacio funcional que el esquema diglósico tradicional no contempla.

### **La política lingüística uruguaya frente al MERCOSUR: los términos oficiales para una aceptación del portugués**

La instrumentación de las propuestas de planificación lingüística del MERCOSUR significa cambios funcionales y



simbólicos de las lenguas que integran el repertorio de las comunidades fronterizas.

Si tenemos en cuenta la estrecha vinculación histórica que el Uruguay ha tenido con la Argentina y con el Brasil, la política de integración regional tiene para aquel país implicancias de «retorno a los orígenes». Mientras que los departamentos fronterizos fueron originariamente poblados por portugueses, las provincias argentinas del litoral y la misma provincia de Buenos Aires comparten con el Uruguay, además de episodios históricos comunes, la incidencia inmigratoria que conformó un panorama cultural similar en ambas márgenes del Río de la Plata. En la actualidad, Brasil continúa siendo un referente cultural y económico para las poblaciones uruguayas fronterizas<sup>4</sup> (en las que se consumen masivamente productos, prensa y programas brasileños), y Argentina es un referente similar para las regiones del centro-sur y litoral oeste del país.

La vinculación histórica se perpetúa lingüísticamente en la existencia real dentro del territorio uruguayo de comunidades vinculadas con las dos lenguas oficiales del Tratado: español y portugués. Uruguay oficia como un verdadero puente lingüístico entre los países del MERCOSUR, situación que las autoridades y el discurso oficial no han sabido o querido valorar en su real dimensión. Por el contrario, la existencia de variedades lusitanas dentro de su territorio ha sido concebida consistentemente como un problema; problema que, según dicho punto de vista, acentúa aún más las dificultades de instrumentación de la enseñanza del portugués, por lo que ello implica en términos de cuestionamiento de un modelo identitario concebido como exclusivamente hispanófono.

La política de integración regional significa para Uruguay un replanteamiento de su política lingüística tradicional, de corte

---

<sup>4</sup> Las ciudades gemelas uruguayo-brasileñas son el más claro ejemplo de la integración: Artigas / Quaraí, Rivera / Livramento, Rio Branco / Yaguarón

eminentemente homogeneizador y monolingüe. Así, dando cumplimiento en parte a las propuestas del Tratado del MERCOSUR, se ha agregado la enseñanza del portugués a la de las otras lenguas extranjeras tradicionalmente enseñadas en la Enseñanza Secundaria, en los recientemente creados Centros de Lenguas<sup>5</sup>.

En varias oportunidades (Barrios *et.al*, 1993; Barrios, 1996) he llamado la atención sobre la paradoja que en materia de política lingüística enfrenta el Estado uruguayo, al plantearse la sustitución (de hecho, una coexistencia conflictiva) de la tradicional política represora del portugués, por una cautelosa política lingüística de integración regional, que equivale en los hechos a una instrumentación oficial de la enseñanza del portugués.

Resulta interesante observar que los argumentos esgrimidos para fundamentar esto último apelan básicamente a aspectos de carácter instrumental, soslayando antecedentes histórico-culturales vinculados con el reconocimiento de que el portugués es la segunda lengua hablada en nuestro país, y la lengua materna de muchos uruguayos.

Las esporádicas alusiones a esta realidad sociolingüística se plantean en términos correctivos y paternalistas: se sugiere, por ejemplo, que es preferible que los hablantes de la frontera aprendan el «verdadero» portugués, en lugar de hablar una «mezcla» que no es «ni una cosa ni la otra». Se cita incluso el derecho que tienen los hablantes fronterizos de aprender una lengua «verdadera». Nuevamente, las representaciones lingüísticas del estándar lo validan como la única variedad legítima y por lo tanto deseable por parte de cualquier individuo que pretenda hablar «correctamente» un idioma. Este tipo de apreciaciones ha prendido en la comunidad, conformando actitudes lingüísticas que se manifiestan a través de comentarios y valoraciones que reproducen el discurso oficial:

<sup>5</sup> La asistencia a los Centros de Lenguas no es obligatoria. En ellos se enseña portugués, italiano y francés; el inglés forma parte del currículo obligatorio del Ciclo Básico de Enseñanza Secundaria. En los Bachilleratos se enseña además, en forma obligatoria (pero variando la lengua según la opción), italiano, francés e inglés.

1. *«En realidad somos unos rompe-idiomas, porque no hablamos el brasilero ni el español. En realidad es un entrevero, esto que hablamos no es nada»* (informante de Tranqueras).
2. *«Aquí hablamos un entrevero, ni portugués ni español, con un ritmo brasilero. Yo creo que se debería hablar sólo español, pero como acá todo el mundo habla así»* (informante de Minas de Corrales).

Estas apreciaciones coinciden con la ideología que guía toda planificación lingüística estatal, y que apunta a promover como modelo lingüístico «correcto» al estándar superpuesto. Algunas formas lingüísticas habitualmente empleadas por los hablantes de la comunidad pasan a ser legitimadas, y otras estigmatizadas, desarrollándose actitudes particulares hacia cada una de las variedades que integran el repertorio de la comunidad. Los hablantes comienzan a sentirse inseguros de sus lenguas maternas, y más propensos a ser convencidos de la necesidad de sustituirlas por variedades mejor valoradas desde el punto de vista social (Bastardas, 1996).

### **Las estrategias de supervivencia étnica: revisión del repertorio lingüístico de las comunidades fronterizas**

¿Cómo se sitúan las comunidades fronterizas frente a las políticas de integración regional?, ¿qué modificaciones funcionales y simbólicas experimentan las variedades que integran su repertorio lingüístico?, ¿qué expectativas pueden tener los hablantes en relación con su enseñanza?

El lento proceso de cambio de lengua iniciado desde fines del siglo pasado, y aún no completado pese a la ofensiva oficial en materia lingüística, se enfrenta a un nuevo desafío, que puede llevar a una revitalización de las variedades portuguesas. En ese caso,

¿hasta qué punto los hablantes de la frontera discriminan entre una y otra variedades de esta misma lengua portuguesa?, ¿en qué medida la actitud negativa hacia los DPU influye en la imagen positiva que pueda tener el portugués estándar para los hablantes fronterizos, y viceversa? Son éstas preguntas que sólo pueden ser cabalmente respondidas contando con un diagnóstico sociolingüístico actualizado de las localidades de frontera, aunque por el momento podamos adelantar algunas reflexiones al respecto.

Para evaluar la relación entre las distintas variedades del repertorio lingüístico fronterizo, debemos tener presente que en toda comunidad lingüística coexisten dos tipos de prestigio: el *prestigio social* («abierto») y el *prestigio comunitario* («encubierto») (Labov, 1972; Milroy y Milroy, 1985).

El español goza de prestigio social en el sentido más clásico del término; se trata de un prestigio orientado hacia el estatus, basado en el estilo de vida y la educación. Los DPU, por el contrario, se caracterizan por un prestigio comunitario, orientado hacia la identidad; características éstas que los hacen especialmente aptos para funcionar como *lengua étnica*<sup>6</sup>. Este prestigio comunitario no siempre puede sobreponerse a la ideología dominante que les impone un nulo prestigio social, de modo que las opiniones hacia los DPU oscilan entre una clara convicción acerca de su inconveniencia, una resignación acerca de su uso, y una más o menos tímida reivindicación de existencia:

3. «Hay que exigir que se hable sólo español en la escuela y lugares públicos, para poder hacer desaparecer el brasileño en todos los medios» (informante de Vichadero).
4. «Aquí en casa, yo hablo español, pero a veces se me escapa algo y ellos (los niños) aprenden enseguida. Me parece que si me obligaran a hablar uno solo, ese sería

<sup>6</sup> Es decir, como la variedad lingüística que se identifica con la cultura, las tradiciones y la herencia ancestral del grupo.

*el español, porque es más serio y lo habla la gente educada. Pero la verdad es que a veces nos gusta hablar también el otro y ... No sé. Si a uno le hablan, uno contesta y por ahí sigue hablando en brasilero sin darse cuenta. Si una vecina cruza a contarme algo, siempre me lo cuenta en brasilero; y yo también, si tengo que contar algo, así como de la vida diaria, también lo uso. Me parece que es más gracioso. Nos sentimos mejor, como que nos tenemos más confianza» (informante de Tranqueras).*

5. *«A mí no me parece ni bien ni mal. Yo creo que debemos hablar el español, pero fíjese en mi casa, por ejemplo, yo atiendo a mucha gente que me habla brasilero, ¿y yo qué puedo hacer sino contestarles también en brasilero? Yo los atiendo y hablo con ellos en lo que me hablan. Pero mis hijos van a la escuela y aprenden español que es lo que yo quiero, aunque en ocasiones algo se nos escapa, y por ahí ya estamos hablando en brasilero sin darnos cuenta» (informante de Tranqueras).*
6. *«Es una necesidad social. Todos, de algún modo tienen incorporado el uso del dialecto a su costumbre en mayor o menor grado: unos porque lo usan más que el propio español y otros porque lo necesitamos para la relación social en general. No perteneceríamos a este pueblo si no fuésemos capaces de entender este rasgo del mismo. Aunque sea poco y a veces, todos conocen el dialecto y lo usan» (informante de Tranqueras).*
7. *«A mí me gusta hablar brasilero, es lo de nosotros. Claro, ustedes hablan más mejor, pero a mí me gusta el brasilero. Ya la maestra me dijo que éstos [los hijos] van a tener problemas en la escuela. Pero es lo que hablamos nosotros» (informante de Minas de Corrales).*
8. *«Acá todos hablamos en brasilero. Nos gusta más. Porque los chiquitos ahora no sé, ahora se crían y no hablan*

*tanto el brasilero. Les enseñan el uruguayo en la escuela. Después cuando salen de la escuela hablan en brasilero»* (informante de Minas de Corrales).

El concepto de prestigio resulta fundamental para entender cómo ocurren los procesos de cambio de lengua, porque los conflictos que se generan entre las variedades en contacto no son meramente funcionales, sino también simbólicos. La *norma social* (aquella de la que los hablantes están explícitamente conscientes y seguros, y que se refiere a la aceptación social de las variedades lingüísticas) entra en conflicto con la *norma de la comunidad*, mediante la cual los individuos manifiestan su solidaridad con el grupo. En muchos casos, la proyección de una identidad grupal puede interpretarse como más importante que la aceptación de la norma social asociada al estatus y al poder, lo cual permite sostener alternativas de resistencia frente a las políticas lingüísticas estatales.

Una investigación sobre las actitudes y representaciones lingüísticas que actualmente ocurren en las comunidades fronterizas de cara al MERCOSUR, y sobre sus expectativas educativas en materia lingüística, podría indicar:

- a. Que predomina el prestigio social *encubierto*. En este caso, los hablantes fronterizos podrían estar dispuestos a defender la supervivencia de los DPU como variedad propia e identificatoria de las comunidades fronterizas, incluso reclamando una ampliación de sus espacios funcionales. Una propuesta *débil* podría ser que se admitiera su uso en los primeros años de la educación primaria, para luego pasar al español; una propuesta *fuerte* (más teórica que real) podría ser que se estandarizara la variedad como tal (es decir, como variedad de mezcla), para ser también ella vehículo de la educación<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> Los DPU cuentan, por lo pronto, con una incipiente literatura escrita en dicha variedad, como puede verse en Behares y Díaz (1998).

- b. Que, coincidiendo con la política lingüística tradicional, predomina el prestigio social *abierto*. En este caso, los hablantes de frontera estarían de acuerdo con la enseñanza que se les imparte en español. Quizás, incluso, aspiren a desterrar de su repertorio lingüístico una variedad que, como los DPU, los estigmatiza en términos de prestigio social *abierto*.

Una posibilidad alternativa (compleja, en términos de prestigio), podría ser que los hablantes de frontera deseen aprender el portugués estándar, como un modo alternativo de conservar al menos una variedad emparentada con los DPU. En este caso, estarían reconociendo que el portugués estándar es el que históricamente «corresponde» a los DPU, y estarían coincidiendo con las esporádicas propuestas surgidas en el marco de la política de integración regional a que aludí más atrás. En este caso, el portugués funcionaría como un sucedáneo etnolingüístico de los DPU, habida cuenta de la escasa viabilidad que tienen estos últimos en términos de prestigio social y de instrumentación a nivel educativo.

Es justamente esta estrategia alternativa de supervivencia etnolingüística la que aparece en los inmigrantes italianos residentes en Montevideo (Barrios, en prensa), que cuentan en su repertorio lingüístico con una variedad estándar y diversas variedades dialectales. Ante el escaso prestigio de los dialectos, y las dificultades que implica su transmisión en términos de enseñanza formal, los inmigrantes italianos apelan a su otra lengua migratoria, el italiano estándar, como marcador grupal. El italiano ha ampliado su funcionalidad (al incursionar en el ámbito hogar), y se ha resignificado simbólicamente al interpretarse como una lengua identificatoria grupal, aunque no sea la lengua étnica del grupo, y aunque en el contexto nativo se haya planteado, acorde a la política lingüística del Estado italiano, como la variedad sustitutiva de los

dialectos (es decir, aunque originalmente haya sido ella misma una amenaza para la etnicidad del grupo).

La posibilidad de resignificación funcional y simbólica de los estándares, puede explicarse siguiendo la propuesta de Barth (1976) sobre el modo como ocurren los cambios étnicos. En situaciones de este tipo, los grupos no siempre pueden seguir caracterizándose mediante los mismos rasgos que los definían originalmente. A veces necesitan sacrificar y reformular algunos *contenidos* étnicos para seguir manteniendo de alguna manera sus *fronteras* grupales. Pueden jerarquizar ciertos atributos que originalmente no eran sustanciales para marcar su etnicidad, e incluso incorporar otros nuevos. Así, una variedad lingüística puede ceder su lugar a otra que se manifieste más viable en términos de mantenimiento; la lengua misma puede desaparecer como atributo identificadorio, y ser sustituida por otro rasgo cultural, que pasa entonces a desempeñar el papel preponderante que suelen desempeñar las lenguas étnicas desde el punto de vista identificadorio.

Por la relación histórica existente entre el portugués estándar y los DPU, y por la función demarcatoria grupal que puede seguir desempeñando el portugués en su variedad estándar para los hablantes de la frontera, éste puede presentarse como un sucedáneo para el mantenimiento étnico, en el caso de que resulte inviable el mantenimiento de los DPU. El portugués estándar puede asumir una cierta connotación étnica y entrar, también en este plano, en competencia con los DPU. Aunque el portugués estándar no es la lengua étnica del grupo, el contraste de los repertorios lingüísticos podría permitirle funcionar como una lengua identificadoria grupal.

La enseñanza del portugués estándar planteada en estos términos, sin embargo, tampoco deja de ser una amenaza para la supervivencia de los DPU. Como en toda confrontación con una variedad estándar, los dialectos se encuentran en situación de desventaja.



La coexistencia de estándares y dialectos nos sitúa, una vez más, en el conflicto señalado por Bastardas (1996). La tradicional política lingüística de homogeneización puso a los DPU ante el dilema de sostenerse frente al avance del español, representado básicamente por la variedad estándar enseñada en la escuela. La política de integración regional puede llegar a sumar en esa confrontación la presencia de otro estándar que, como he dicho, puede ser visto como una alternativa etno-demarcatoria viable, pero también como la definitiva desaparición de los DPU en tanto variedades de mezcla, y por lo tanto identificatorias de una zona que, por definición, no es totalmente «ni una cosa ni la otra» (o es las dos cosas al mismo tiempo):

9. «*La frontera está en el medio, por eso el idioma es una mezcla*» (informante de Vichadero).

En el contexto del MERCOSUR, también los estándares español y portugués acentúan el conflicto que los enfrenta en términos de prestigio social. Los modelos identitarios de la sociedad fronteriza resultan conflictivos (Trudgill, 1983), porque si bien el español tiene el prestigio histórico que implica su uso en la enseñanza, el portugués tiene el respaldo de un país que se siente particularmente cercano física, histórica y culturalmente, y que no debe descartarse como un potencial ambiente laboral.

## Referências bibliográficas

- AMMON, U. (1987) «Language-variety/standard variety-dialect». In: U. AMMON, N. DITTMAR y K. MATTHEIER (eds.) *Sociolinguistics/Soziolinguistik*. Berlín, De Gruyter. P. 317-334.
- BARRIOS, G. (1996) «Planificación lingüística e integración regional: el Uruguay y la zona de frontera». In: A. MENINE TRINDADE y L. E. BEHARES (orgs.). *Fronteiras, Educação, Integração*. Santa Maria, Pallotti. P. 83-110.
- BARRIOS, G. (en prensa) «El rol de las lenguas estándares migratorias en los procesos de asimilación lingüística». Aparecerá en: *Signo y Seña* (Buenos Aires).
- BARRIOS, G. y B. GABBIANI (1998) «La españolización de los dialectos portugueses del Uruguay. Un estudio léxico». In: G. BARRIOS, A. BERETTA CURI y M. DOTTA (comps.) *Estudios humanísticos en memoria a Guido Zannier*. Montevideo, Universidad de la República. P. 49-69.
- BARRIOS, G., B. GABBIANI, L. E. BEHARES, A. ELIZAINCÍN y S. MAZZOLINI (1993) «Planificación y políticas lingüísticas en Uruguay». *Iztapalapa*, 29 (13):. 177-190.
- BARTH, F. (1976) «Introducción». En: F. BARTH (ed.) *Los grupos étnicos y sus fronteras. La organización social de las diferencias culturales*. México, Fondo de Cultura Económica. P. 09-49.
- BASTARDAS, A. (1996) *Ecologia de les llengües. Medi, contactes y dinàmica sociolingüística*. Barcelona, Proa.
- BEHARES, L. E. (1984a) *Planificación lingüística y educación en la frontera uruguaya con Brasil*. Montevideo, Instituto Interamericano del Niño.
- BEHARES, L. E. (1984b) «Diglosia escolar en la frontera uruguaya con Brasil: Matriz social del bilingüismo». *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 6: 228-234.





## LA ARGENTINA Y LAS POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS DE FIN DE SIGLO

*Lia Varela*

Universidad de Buenos Aires/Université de Provence

La pregunta que preside esta mesa redonda (*la cuestión lingüística en el Mercosur: ¿barrera o puente?*) encierra numerosos presupuestos. Antes de abordarla me parece necesario ir hacia atrás e indagar en los mecanismos socio- y político-lingüísticos que están actuando en la región y que, tal como están las cosas hoy en el mundo, no pueden considerarse de manera aislada. Voy a intentar entonces presentarles un análisis de estos mecanismos, desde mi especialidad académica, la política lingüística, y la perspectiva sobre la problemática del Mercosur que fui elaborando estos últimos meses de trabajo con el prof. Louis-Jean Calvet en la Universidad de Provence.

Primero unas palabras sobre el enfoque: considero la política lingüística como una disciplina que combina el análisis de situaciones sociolingüísticas en espacios definidos políticamente, el desarrollo de un cuerpo teórico descriptivo-explicativo capaz de poner en evidencia las fuerzas que actúan en las situaciones bajo estudio, y una dimensión pragmática, la propuesta de líneas de acción (es la política lingüística propiamente dicha) que se desprende de los pasos anteriores.

Desde este enfoque, quisiera aportar a la discusión una lectura de las políticas lingüísticas actuales de la Argentina. Para ello me resulta útil contar con un *tertium comparationis*, en este caso, la política lingüística francesa, a la que me voy a referir brevemente.

Distintos factores autorizan la comparación: Francia y Argentina son países “oficialmente” monolingües, que presentan un cuadro sociolingüístico complejo resultante del contacto de la lengua oficial con lenguas regionales y lenguas “de diáspora”.

Ambos países se encuentran en el centro de una intersección entre dos conjuntos: la Francofonía y la Unión Europea por un lado, la Hispanidad y el Mercosur por el otro; restos de imperios coloniales en un caso, producto de las nuevas tendencias políticas y económicas en el otro. Ambos países han adoptado políticas lingüísticas en lo que concierne a sus lenguas y el plurilingüismo territorial y han acordado (tácita o explícitamente, como veremos) políticas en el seno de las comunidades a las que pertenecen.

Pero las semejanzas son sobre todo aparentes. Francia es reconocida por la acción y la reflexión en el ámbito de la política lingüística. La Argentina, en cambio, guarda un perfil particularmente bajo al respecto.

Los campos de intervención, en el caso de Francia, son numerosos. Entre ellos se distinguen:

- la política frente a las lenguas del hexágono (lenguas regionales y de diáspora)
- la política lingüística europea
- la política de lenguas en la escuela
- la defensa del francés en Francia
- la política lingüística en el ámbito de la Francofonía
- la política lingüística referida al francés en el resto del mundo.

Cada uno de estos rubros se diferencia no sólo por su alcance geográfico o social, o el nivel de decisión que implican, sino también por el discurso o las estrategias destinados a cada uno, que varían hasta el límite de la contradicción: Francia defiende el plurilingüismo en Europa, pero no lo practica en su propio territorio. Su política respecto del francés, interna y externa, se erige sobre todo contra el inglés, pero al mismo tiempo este idioma es favorecido en el sistema escolar<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Cf. Calvet, Louis-Jean (1997), y Calvet, L.-J. y L. Varela: "Frente al fantasma que recorre el mundo: las políticas lingüísticas de Francia y la Argentina", por aparecer en *Signo y Señal* n° 12, Buenos Aires, Instituto de Lingüística.

La Argentina no desarrolla, por cierto, políticas mundiales, y su intervención en el ámbito de la Hispanidad es, cuando menos, pasiva. Algunas decisiones se han tomado o propuesto en los demás rubros, y muy especialmente en lo que se refiere a las lenguas en la educación. La tesis que sostengo es que tanto acciones como omisiones responden a una lógica particular, que se explica en parte por referencia a un sistema de organización de las lenguas del mundo (y que presentaré más adelante según el *modelo gravitacional* (Calvet, 1999)), y sobre todo por el posicionamiento que el Estado argentino ha adoptado en el seno de esta organización mundial. En un contexto en rápida evolución, marcado por fuerzas contrapuestas, la globalización y la emergencia de los particularismos, el Estado argentino ha ensayado respuestas político-lingüísticas, desde un marco jurídico transformado: últimamente, con la creación del Mercosur y la acentuación del federalismo en la Argentina, los niveles de decisión se han multiplicado. Existen ahora al menos tres instancias oficiales: Mercosur, Ejecutivo nacional, gobiernos provinciales, y de esta multiplicación de estructuras se podría esperar una sinergia inédita o, al contrario, nuevas complicaciones. Pasando revista a las acciones sobre la lengua – el castellano – y sobre las lenguas –regionales, de diáspora o extranjeras – voy a intentar caracterizar la posición del Estado argentino en este fin de siglo, tal como se manifiesta a través de su política lingüística.

### **Acción sobre la lengua**

En este rubro, la política lingüística presenta un curioso vacío: el que dejan dos proyectos de ley que no llegaron a ser discutidos en las cámaras, el proyecto de “Ley del idioma” del ex diputado Vanossi (1991) y el de “Preservación de la lengua castellana”, del entonces secretario de cultura Jorge Asís (1994). Ambos proyectos intentaban legislar sobre el estatus de la lengua proponiendo la oficialización del castellano en la Argentina, cuestión nunca antes abordada (y tampoco

después). Pero el proyecto de Asís apuntaba esencialmente al corpus: allí proponía distintas medidas para “preservar” la lengua de la amenaza que constituían los numerosos préstamos de lenguas extranjeras, particularmente del inglés; los argumentos que esgrimía en su “exposición de motivos” provenían de la tradición nacionalista en el lenguaje, sólo que en este caso venían en apoyo de una ley que reproducía casi literalmente una ley francesa (la ley Toubon de 1994)... Lo interesante de estas iniciativas abortadas reside precisamente en el modo en que fueron descartadas: por silencio e indiferencia la primera, con una ruidosa polémica la segunda, que reveló un notable consenso entre políticos, intelectuales y comunicadores sociales sobre la no incumbencia del Estado en cuestiones de lengua. Podría decirse que la única entidad de orden nacional con legitimidad para actuar sobre la lengua es la Academia Argentina de Letras, y esto en la medida en que su actividad es avalada por la Real Academia Española. Es de señalar, sin embargo, el bajo perfil que caracteriza a la institución argentina, a diferencia de la RAE que, en las representaciones colectivas, detenta el monopolio de la autoridad en materia de intervención sobre el corpus del castellano para toda la Hispanidad.

Pero los pesados engranajes de la Academia española no actúan con la velocidad de los cambios tecnológicos y sociales. La brecha que se abre entre la lengua “aceptada” y las necesidades terminológicas actuales se cubre en la Argentina con un caudal cada vez más numeroso de préstamos del inglés, más o menos integrados a la morfología castellana y no siempre transparentes para quienes deben servirse de ellos. Este tipo de problemas lingüísticos en el ámbito del comercio y la industria y la protección del consumidor, por ejemplo, no han sido objeto de una política lingüística<sup>2</sup>. Como excepción menciono una

---

<sup>2</sup> Se han iniciado algunos proyectos de desarrollo terminológico para el ámbito del Mercosur, entre ellos, el que depende de la Secretaría de Ciencia y Técnica de la Nación. La escasez de los recursos que se le han destinado, sin embargo, hacen temer por su continuidad.

ordenanza municipal (Laporta 1994) que obliga al uso del castellano en las designaciones de razones sociales en los comercios de la ciudad de Buenos Aires.

### Acción sobre las lenguas

En este punto, en cambio, el Estado nacional está desarrollando una intensa actividad, sobre todo en el marco de la Reforma Educativa: en numerosos documentos y seminarios de consulta con agentes educativos las autoridades del Ministerio de Educación nacional han explicitado las nuevas orientaciones político-lingüísticas.

En líneas generales, se establece difundir a todos los habitantes, hispanoablantes o alófonos, a través del sistema escolar, un saber *práctico* de la “comunicación verbal y escrita”<sup>3</sup>, se sobreentiende que en castellano. Con el mismo fin se dispone que el inglés sea enseñado obligatoriamente en el sistema formal a partir del cuarto año de escolaridad, si bien la política se declara favorable al plurilingüismo. Otros textos legales proponen, para el caso de las comunidades alófonas, “concebir una organización de la *diversidad lingüística* y cultural que permita la participación efectiva de las comunidades lingüísticas a través de los aprendizajes formales de la escuela”, “favorecer la *pluralidad lingüística* y cultural” “favorecer la interculturalidad facilitando la comunicación e intercomprensión con los hablantes de las distintas comunidades de origen extranjero” (Acuerdo A 15), etc. Ya no se trata, como en épocas anteriores, de la

<sup>3</sup> La Ley Federal de Educación en sus artículos 15° inciso. a) y 5° inciso q) establece el derecho a “lograr la adquisición y el *dominio instrumental de los saberes considerados socialmente significativos*, comunicación verbal y escrita [...]” (subrayado nuestro). Por otro lado, los *Materiales de trabajo* para los contenidos básicos comunes adaptados para la enseñanza del Español lengua segunda (versión 29/1/1999) proponen: “La enseñanza de Español como Segunda Lengua apunta a *saber hacer*, es decir poder *dar respuesta a las necesidades comunicativas* que se planteen en esta lengua” (p. 6. Subrayado nuestro).



nacionalización de indígenas o inmigrantes mediante la enseñanza de la lengua, sino de lograr la “participación efectiva” de comunidades alófonas mediante la enseñanza del *español lengua segunda*. La antigua política de difusión de la monolítica *lengua nacional* tropieza ahora con la de “respeto a la diferencia”; y el Estado que en su origen se proponía formar ciudadanos a través de la lengua se interesa ahora en las habilidades prácticas de los individuos: la enseñanza apunta a que “el alumno o la alumna” “resuelva problemas comunicativos” de su entorno inmediato.

Ahora bien, debido a la actual estructura federal del sistema educativo, la función del Ministerio nacional se restringe a la definición de políticas. Las autoridades e instituciones provinciales tienen el margen de acción que les reserva la propia autonomía jurisdiccional y la instancia de la planificación, donde las condiciones concretas demandarán eventuales adecuaciones. Queda entonces por observar la traducción de esta política en su puesta en práctica; allí se harán visibles convergencias o divergencias entre los distintos niveles y, tal vez, nuevos conflictos.<sup>4</sup>

Es, al menos, la experiencia que resulta de la superposición de la política lingüística definida en el ámbito del Mercosur y la política de orden nacional. Desde el Protocolo de intenciones firmado en 1991, y luego en sucesivas Reuniones de Ministros se ha formulado el programa “Aprendizaje de los idiomas oficiales del Mercosur”, que tiene como objetivo, recordamos, “implementar la enseñanza del español y del portugués en instituciones de los diferentes niveles y modalidades del sistema educativo, para mejorar la comunicación entre los países que conforman el Mercosur”<sup>5</sup>; sin embargo, las acciones del Estado argentino en este campo son más que discretas. Es que,

---

<sup>4</sup> Las autoridades nacionales no han tardado en mostrar habilidad al respecto: la falta de profesores de inglés, por ejemplo, ha obligado a ciertas instituciones a recurrir a profesores de otros idiomas. El Ministerio nacional ha presentado el caso como un avance del plurilingüismo...

<sup>5</sup> “Plan trienal para el sector Educación”, 1992.

claramente, el Estado no podría asumir los compromisos contraídos en el Mercosur sin contradecir los términos de la política de lenguas extranjeras que impulsa: si al menos una lengua extranjera es obligatoria desde el 4º año, y el inglés es obligatorio, sólo aquellas (escasas) instituciones capaces de enseñar más de una lengua extranjera estarían en condiciones de ofrecer portugués. La impasse es salvada, en este caso, por el voluntarismo de algunas instituciones públicas y por el sector privado, que canalizan o satisfacen (según los casos) una inesperada demanda de cursos de portugués.

La situación no tiene nada de excepcional si se lee dentro de la propia lógica del Mercosur: las bases neoliberales del proyecto dejan un amplio margen de acción a la iniciativa privada. Estas condiciones dan lugar a una gestión espontánea de los nuevos fenómenos lingüísticos por parte de los actores sociales (individuos, empresas, instituciones educativas, etc.), que toman el relevo de las instituciones estatales allí donde éstas se declaran ineficaces o incompetentes. Es así como nos encontramos hoy ante la paradójica situación de que la política lingüística del Mercosur, aun de corto alcance y sin verdadero apoyo institucional, resulta de algún modo más eficaz que la de la Unión Europea por ejemplo, y esto no se explica sólo por el hecho de que se realice sobre una situación relativamente simple desde el punto de vista sociolingüístico. La falta de instancias de decisión y control, que contrasta con la pesada burocracia europea, deja librado el terreno a la acción de las “fuerzas del mercado” o, en términos de Calvet, a la dinámica del sistema de gravitación lingüística.

## El modelo gravitacional

El *modelo gravitacional* (Calvet 1999)<sup>6</sup> parte del principio de que las lenguas están vinculadas entre sí por hablantes bilingües,

<sup>6</sup> Véase Calvet (1999).

y presenta las situaciones plurilingües en forma de una gravitación de *lenguas periféricas* alrededor de una *lengua central*, es decir, de una tendencia al bilingüismo orientado hacia el centro. En Francia, por ejemplo, un bilingüe francés/bretón o francés/alsaciano tiene todas las chances de ser de primera lengua bretona o alsaciana, del mismo modo que un migrante bilingüe francés/árabe o francés/bambara es muy probablemente de primera lengua árabe o bambara. En este micro-sistema, el francés constituye el centro de gravitación respecto de las demás lenguas.

A su vez las lenguas centrales de diferentes subgrupos pueden no estar ligadas entre sí (por medio de bilingües), sino estarlo todas ellas a una lengua supercentral y las lenguas supercentrales pueden a su vez estar ligadas de la misma manera a una lengua hipercentral, núcleo del “sistema gravitacional lingüístico”. Tenemos así un modelo de cuatro niveles que permite dar cuenta de la situación mundial del siguiente modo:

*En el nivel uno* una lengua *hipercentral*, que hoy en día es el inglés, pivot de todo el sistema; los hablantes que la tienen como lengua primera tienden fuertemente al monolingüismo.

*En el nivel dos*, una decena de lenguas *supercentrales* (árabe, chino, español, francés, hindi, portugués, ruso, swahili, etc.) cuyos hablantes que las tienen como lengua primera tienden al monolingüismo o bien al bilingüismo con una lengua del mismo nivel (bilingüismo horizontal) o con la del nivel uno (bilingüismo vertical). Desde luego, estas lenguas se hallan entre las más habladas en el mundo, pero este criterio cuantitativo no basta para conferir el estatuto de lengua supercentral: el alemán y el japonés, por ejemplo, que superan los cien millones de hablantes, no cumplen este papel.

*En el nivel tres*, un centenar de lenguas *centrales* (en América del Sur, el quechua o el guaraní, el wolof y el bambara en Africa, el checo y el armenio en Europa del este, etc.), cuyos hablantes presentan una tendencia al bilingüismo con una lengua del nivel dos (bilingüismo vertical).

*En el nivel cuatro, lenguas periféricas* cuyos hablantes tienden al plurilingüismo *horizontal y vertical*.

El modelo se basa entonces en la organización de los bilingüismos verticales, de las lenguas periféricas a la lengua hipercentral pasando por las lenguas centrales y supercentrales. Cuanto más se va hacia el centro de este sistema gravitacional, mayor número de hablantes tienen las lenguas y más sometidas están a variación, hasta el punto en que se puede dudar de la unidad de lenguas como el francés, el portugués, el español o el árabe, por ejemplo.

Este sistema de gravitación es, evidentemente, producto de la historia, y como tal está sujeto a cambios: el francés, por ejemplo, cedió su lugar de lengua hipercentral al inglés a comienzos del siglo XX. De manera general, los factores de cambio de la organización gravitacional son las políticas lingüísticas nacionales, las reivindicaciones lingüísticas de los grupos minoritarios, las eventuales políticas lingüísticas internacionales (UE, Mercosur, etc.), las relaciones entre estas organizaciones internacionales y otras entidades económicas y políticas (los Estados Unidos) y las relaciones de fuerzas económicas y políticas a escala mundial. Y los problemas de política lingüística podrían definirse como problemas de gestión de este sistema gravitacional.

A la luz de este modelo podemos presentar la situación relativa de las lenguas del Mercosur y compararlas, por ejemplo, con las de la Unión Europea: las lenguas oficiales del Mercosur son de igual nivel (español y portugués son lenguas supercentrales), mientras que las de Europa son de niveles diferentes (la lengua hipercentral, el inglés, tres lenguas supercentrales, el francés, el español y el portugués, lenguas centrales como el alemán<sup>7</sup>, y lenguas periféricas – finés, danés–). Por lo demás, el carácter de antiguas metrópolis de

<sup>7</sup> Sin duda, el estatuto del alemán está evolucionando hacia la supercentralidad: el retroceso del ruso en el este le abre un amplio campo de expansión, y sus relaciones con las lenguas periféricas de la UE tienden a fortalecerlo en ese estatuto.

varios de los países europeos explica tal vez el hecho de que persistan hoy conflictos de intereses entre las lenguas.

En el Mercosur, en cambio, no hay conflictos de atracción entre las dos lenguas oficiales: ambas son de rango supercentral (el conflicto tal vez se plantearía si el guaraní, lengua de rango central, se postulara como lengua oficial del conjunto), intercomprensibles para buena parte de los hablantes, y son objeto de una política de incentivo al aprendizaje (que, curiosamente, no se plantea la meta, realizable, del bilingüismo aun para el personal directamente involucrado). En la Argentina, como hemos visto, esta política no logra afirmarse en la esfera oficial, y sí, en cambio, la que se dirige al inglés. Habíamos señalado también, en cuanto a la relación del castellano con las lenguas de niveles inferiores (centrales, en el caso de la mayoría de las lenguas de diáspora, periféricas en el de las lenguas indígenas), y a las políticas referidas al castellano (tanto al estatus como, particularmente, al corpus), una actitud que va de la timidez a la prescindencia declarada: la potestad de actuar sobre la lengua corresponde, en todo caso, a la Real Academia Española. En los términos del modelo gravitacional podríamos decir que la Argentina no parece asumir el peso del castellano, lengua supercentral: no se reconoce el derecho o la capacidad de “enriquecer” o de actuar en “defensa” de su lengua, o de apropiársela haciendo de ella su lengua oficial; por otro lado, no logra llevar adelante una política, aun acordada internacionalmente, con una lengua de igual rango e incluso lingüística y geográficamente próxima; respecto de lenguas de rango inferior, ejerce tímidamente su supremacía, en nombre del respeto a la pluralidad y, en cambio, parece aceptar e incluso favorecer la atracción que impone el inglés, lo que no sólo se manifiesta en la política escolar adoptada de obligatoriedad de la enseñanza. Los procesos que se desarrollan *in vivo*, allí donde las instituciones “actúan por defecto”, ilustran con más evidencia este fenómeno de atracción: los préstamos del inglés, cada vez más numerosos, así como los calcos (*aplicar* por “postularse

a”, *asumir* por “suponer”, etc.), o, en ciertos sectores, la práctica del *code switching*.

¿La actitud argentina respecto de su lengua puede atribuirse a su posición periférica en el seno de la Hispanidad? Si comparamos la situación de la Argentina en la Hispanidad con la del Brasil en la Lusofonía y el Quebec en la Francofonía, todos en situación similar respecto del centro normativo, la hipótesis quedaría descartada. Brasil hace sentir su peso demográfico y económico en la Lusofonía, como se vio en las discusiones sobre la reforma ortográfica de 1990 y el *acuerdo* resultante, y el dinamismo del Quebec en materia de política lingüística contrasta diametralmente con la pasividad argentina. Este fenómeno podría entonces explicarse remitiéndonos a la estructura interna de la Francofonía y la Hispanidad: funcionamiento “descentralizado” en el primer caso, centralismo organizado en torno de la RAE en el segundo. Si esto resulta verdadero en el plano de los hechos, más que a las diferencias, indudables, en la estructura y políticas de la Francofonía o la Hispanidad, parece explicarse mejor por el proceso que tuvo lugar en el Quebec, particularmente a partir de los años 60, y que político-lingüísticamente podría caracterizarse como de *apropiación* de la lengua y de recuperación, por esta vía, de un sentimiento de seguridad lingüística. Estos factores históricos explican, junto con otros de orden político (sistema democrático y federal, búsqueda de equilibrio de fuerzas en el seno de la confederación canadiense, etc.), cultural (alto grado de escolarización en la población), económico (nivel de ingresos per cápita elevado, recursos propios de la provincia), etc., la acción decidida del Quebec sobre la lengua –desarrollo terminológico, oficialización del francés, promoción de la enseñanza, etc.–. En la Argentina, en cambio, los movimientos de nacionalismo lingüístico, presentes a lo largo de la historia, resultaron débiles frente a los defensores locales de “la unidad del idioma español”, sostenidos por la política de la RAE de hacerse presente, a través de sus

academias correspondientes, en todo el ámbito de la Hispanidad. La inseguridad lingüística que afecta a los hablantes de variedades regionales del español y el *laissez faire* en materia de política lingüística que deja libre el campo en la Argentina al poder de atracción del inglés podrían proceder, en parte, de una dinámica fuertemente instalada en el mundo hispánico.

Una vez examinadas las condiciones en que se desarrolla la política lingüística argentina, propongo volver a la pregunta inicial: ¿cómo abordar la dicotomía barrera/puente para pensar la cuestión lingüística en el Mercosur? Podríamos ensayar primero una discriminación de distintos niveles:

- A escala mundial, hemos visto que la organización gravitacional de las lenguas pone de manifiesto una “atracción” ejercida por el inglés sobre las demás. Esta fuerza podría ser gobernada mediante políticas nacionales o regionales claras, sobre todo en un espacio sociolingüístico relativamente “simple” (en contraste con la UE, por ejemplo) como es el del Mercosur.
- Pero en el nivel del Estado argentino, hemos señalado tendencias político-lingüísticas contradictorias en lo que se refiere al inglés y al portugués, propuestas de acción que no se traducen en hechos, una actitud prescindente en lo que se refiere a la acción sobre la lengua, en suma, una política liberal que se acomoda bien con la representación ampliamente difundida –incluso más allá de la Argentina, en el ámbito de la Hispanidad– de que no le corresponde al Estado legislar sobre la lengua.
- El análisis deja entrever, sin embargo, un tercer nivel: el de los actores sociales (individuos, empresas, instituciones educativas, etc.), que intervienen en la gestión de los fenómenos lingüísticos de una manera cada vez más decisiva, ya sea indirectamente, constituyéndose en grupos

de presión, o bien directamente, relevando en esta función a las instituciones estatales. Reuniones como ésta muestran la vigencia de los nuevos agentes político-lingüísticos. Su capacidad y sus modos de acción varían, por cierto, en función de los contextos, intereses, objetivos. Pero en esa misma plasticidad reside, precisamente, su potencial de eficacia.

Barrera o puente: en cierta medida, será también lo que queramos que sea.

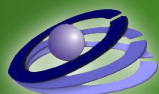
### Referências bibliográficas

- CALVET, Louis-Jean. *Las políticas lingüísticas*, Buenos Aires, Edicial, 1997.
- CALVET, Louis-Jean. *Pour une écologie des langues du monde*. Paris, Plon, 1999.
- CALVET, L.-J. ; VARELA, L. Frente al fantasma que recorre el mundo: las políticas lingüísticas de Francia y la Argentina, a aparecer en *Signo y Señal*, 12, Buenos Aires, Instituto de Lingüística.





Impressão e Acabamento Imprensa Universitária da  
Universidade Federal do Ceará - UFC  
Av. da Universidade, 2932 – Caixa Postal 2600  
Fone/Fax: 0xx (85) 281.3721 – Fortaleza – Ceará – Brasil



**UFC**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ